

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS
MISSÕES – URI – CAMPUS DE SANTO ÂNGELO/RS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS – DCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE
ORGANIZAÇÕES – PPGGEO – MESTRADO PROFISSIONAL**

ANDERSON PINCETA

**AVALIAÇÃO DO IMPACTO DECORRENTE DA APLICAÇÃO DAS NORMAS IN-
TERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NAS PME'S BRASILEIRAS NA DRE:
UMA MATRIZ DE ANÁLISE**

SANTO ANGELO/RS

2015

ANDERSON PINCETA

AVALIAÇÃO DO IMPACTO DECORRENTE DA APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NAS PME'S BRASILEIRAS NA DRE: UMA MATRIZ DE ANÁLISE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão Estratégica de Organizações – PPGGEO da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões, URI Campus de Santo Ângelo/RS, na Linha de Pesquisa “Inovação, Organização Social e Desenvolvimento”, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Estratégica de Organizações.

Orientadora: Profa. Ms. Neusa Maria da Costa Gonçalves Salla

Santo Ângelo/RS

2015

P647a

Pinceta, Anderson

Avaliação do impacto decorrente da aplicação das normas internacionais de contabilidade nas PME'S brasileiras na DRE : uma matriz de análise / Anderson Pinceta. – Santo Ângelo : URI, 2015.

107 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Santo Ângelo. – Programa de Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Organizações, 2015.

1. Normas internacionais de contabilidade 2. Matriz de análise. I. Título.

CDU: 657

ANDERSON PINCETA

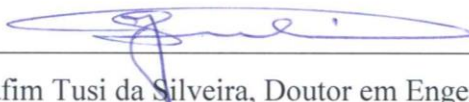
AVALIAÇÃO DO IMPACTO DECORRENTE DA APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NAS PME'S BRASILEIRAS: UMA MATRIZ DE ANÁLISE

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Organizações – Mestrado Profissional da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – *Campus* de Santo Ângelo – RS, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Gestão Estratégica de Organizações, Área de Concentração: Desenvolvimento, Gestão e Organizações, Linha de Pesquisa: II – Inovação, Organização Social e Desenvolvimento.

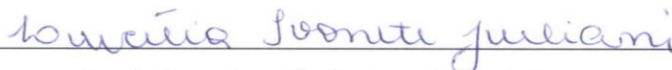
Banca Examinadora:



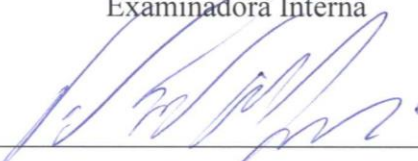
Profª. Ms. Neusa Maria da Costa Gonçalves Salla, Mestre em Controladoria e Contabilidade
Orientadora/Presidente



Prof. Dr. João Serafim Tusi da Silveira, Doutor em Engenharia de Produção
Examinador Interno



Profª. Dra. Lucélia Ivonete Juliani, Doutora em Energia
Examinadora Interna



Prof. Dr. Vitor Kochhann Reisdorfer, Doutor em Administração
Examinador Externo

Santo Ângelo (RS), 20 de fevereiro de 2015.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha família, pois sem ela não seria possível estar aqui.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da Vida pela força e proteção todos os dias de vida e principalmente nos momentos de viagens tanto para a formação acadêmica como a trabalho.

Aos meus familiares, minha Mãe, Minha Esposa e Filhos, pelo apoio incondicional, e pela paciência nos momentos de ausência e até mesmo nos momentos de presença ausente.

Aos colegas de turma, que através de seu carinho e dedicação nessa jornada foram sem sombra de dúvida decisivos para que se conseguisse chegar a esse momento.

Aos colegas de trabalho, que sempre com suas palavras motivaram a continuar na jornada sem esmorecer, nem pestanejar.

Não menos importantes, aos mestres pelos ensinamentos, paciência e confiança, pois parte deles estão nestas singelas páginas.

Em especial agradeço a Professora Neusa Maria da Costa Gonçalves Salla, pelas orientações e auxílio.

E por fim agradeço a empresa ABRÃO & KOCHHANN LTDA, na posição de seus gestores que disponibilizaram a sua empresa para a realização dessa obra.

Diz o gracejo a voz do povo: 'bem comer ou bem dormir, há que escolher'.
(Max Weber)

RESUMO

Tanto no cenário nacional como no internacional, as organizações estão buscando cada vez mais demonstrar suas reais situações econômicas e financeiras. Um dos grandes entraves existentes é a disparidade entre as políticas contábeis dos diversos países, pois cada um tem como melhor a sua política. Mas esse processo vem se modificando, o Brasil está no processo de convergência das normas internacionais de contabilidade propostas pelo *International Financial Reporting Standards – IFRS*, sendo assim esse processo abriu novas possibilidades para a implementação de políticas contábeis, que trazem um enfoque mais gerencial e não com ênfase nos tributos. Essa possibilidade nos traz que é possível o gestor da empresa, verificar qual a política contábil que melhor se enquadra a realidade da empresa. Uma das grandes dificuldades existentes consiste no fato da complexidade e da dificuldade das empresas de desenvolvimento em incorporar essas mudanças, tendo em vista que sempre buscou-se atender ao fisco. Tendo isso em vista, vislumbrou-se a possibilidade de criar um produto, uma matriz de análise, que possibilitasse o fornecimento dessas informações aos gestores das pequenas e médias empresas. Optou-se por fazer uma matriz tendo como base as PMEs, portanto utilizou-se a NBC TG 1000, base das políticas que seriam adotadas na elaboração dessa matriz. Definido esse posicionamento, se questionou se a utilização de uma matriz de análise de resultados, traria opções de decisão para os gestores de PMEs? O objetivo deste trabalho consiste na proposta de uma matriz de análise dos resultados nas pequenas e médias empresas, aplicando as normas internacionais de contabilidade, convergidas na NBC TG 1000. Para tanto foi realizado a análise dos resultados da DRE de uma empresa do ramo de comércio de alimentos utilizando a política de valoração dos estoques de custo médio variável através da DRE, que a empresa já utilizava para atender o fisco. Posteriormente foi realizada a identificação dos critérios de avaliação dos estoques previstos na NBC TG 1000. Em seguida foi realizada a estruturação da matriz para que pudessem ser implementadas os critérios previstos. De forma conjunta foi proposta a estrutura necessária para a adaptação ou construção da matriz em um sistema de informações, onde foi realizada a simulação de que forma a alteração da política contábil de avaliação dos estoques influenciaria no resultado da DRE. O que se conclui é que a utilização de uma matriz de análise é extremamente importante pois os estoques estão diretamente relacionados ao resultado da organização, e se a política que melhor demonstre a real situação da empresa for utilizada, o gestor e a sociedade terão condições de desenvolver-se com melhor desempenho.

Palavras-chaves: Normas Internacionais de Contabilidade, Matriz de Análise, NBC TG 1000.

ABSTRACT

Both nationally and internationally, organizations are increasingly aiming at demonstrating their real economic and financial situations. One of the major existing barriers was the disparity among accounting policies of various countries, as each has its policy as the best one. But this process has been changing, Brazil is in the process of convergence with international accounting standards proposed by the International Financial Reporting Standards – IFRS; therefore, this process opened up new possibilities for the implementation of accounting policies, which bring a more managerial focus and not with emphasis on taxes. This possibility brings us the feat that the company manager can verify which the accounting policy best fits the company's reality. One of the major difficulties is complexity and difficulty of the development companies incorporate these changes, considering that it always sought to comply with the tax authorities. Thus, the possibility of creating a product was glimpsed, an analysis matrix that allowed the provision of such information to managers. It was chosen to make a matrix based on SMEs, therefore the NBC TG 1000 was used, base of policies that would be adopted in the preparation of this matrix. Defined this position, it was questioned if the use of a matrix for results analysis would bring decision options for managers of SMEs. The objective of this work is to propose a matrix of results analysis in small and medium enterprises, applying international accounting standards, converged on NBC TG 1000. For such, the analysis of DRE results of a company in the food trade sector was performed using the valuation policy of stocks of variable average cost through the DRE, the company already used it to meet the tax authorities. Subsequently, the identification of inventory valuation criteria on the NBC TG 1000 was performed. Next, the matrix structuring was performed in order the criteria could be implemented. Jointly, the necessary structure for the adaptation or construction of the matrix in an information system was proposed, where the simulation on how the change in accounting policy for stock assessment would influence the DRE outcome was performed. What can be concluded is that using an analysis matrix is extremely important because stocks are directly related to the results of the organization, and if the policy that best demonstrates the company's real situation is used, the manager and the society will be able to develop with better performance.

Keywords: International Accounting Standards, Analysis Matrix, NBC TG 1000.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Descrição da receita operacional	44
Figura 2: Comparativo da variação das vendas	44
Figura 3: Deduções de receita bruta	45
Figura 4: Impostos	45
Figura 5: Análise das receitas	46
Figura 6: Análise da variação da receita operacional líquida	46
Figura 7: Análise dos custos operacionais	48
Figura 8: Análise % dos custos operacionais	48
Figura 9: Exemplo do cálculo do custo e custo com S.T.	49
Figura 10: Apuração do lucro operacional bruto	49
Figura 11: Variação do lucro operacional bruto	50
Figura 12: Despesas administrativas	51
Figura 13: Despesas financeiras	52
Figura 14: Resumo da análise das DREs	53
Figura 15: Demonstração PEPS	54
Figura 16: Custo médio ponderado fixo	55
Figura 17: Custo médio ponderado variável	56
Figura 18: Estrutura do arquivo de inventário	57
Figura 19: Lançamento de entradas	58
Figura 20: Lançamentos de Saídas	59
Figura 21: Demonstração da rentabilidade realizada	60
Figura 22: Realização da análise da rentabilidade utilizando a matriz	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Descrição balanço patrimonial	31
Quadro 2: Forma de avaliação de ativos	35
Quadro 3: Definições legais para o conceito de valor justo	35

LISTA DE FÓRMULAS

Fórmula 1: Cálculo do custo médio ponderado variável	59
Fórmula 2: Cálculo dos valores da média ponderada fixa	59

LISTAS DE ABREVIATURAS

AICPA – American Institute of Certified Public Accountants
Av. – Avenida
BP – Balanço patrimonial
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CMV – Custo da Mercadoria Vendida
Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CR\$ – Cruzeiro
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa
DLPA – Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados
DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DOC – Documento de Crédito
DOU – Diário Oficial da União
DRA – Demonstração de Resultado Abrangente
DRE – Demonstração de Resultado do Exercício
DVA – Demonstração do Valor Adicionado
ECF – Emissor de Cupom Fiscal
Et.al. – e outros
FIFO – First In First Out
IAS – International Accounting Standards
IASB – International Accounting Standards Board
ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadorias
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IFRS – International Financial Reporting Standards
IPI – Imposto de Produtos Industrializados
Kg - Quilograma
LIFO – Last In First Out
LTDA – Limitada
m – metros
MVA – Margem de Valor Agregado
NBC TG – Normas Brasileiras de Contabilidade – GERAIS
Nº – número
ODA – Outras Despesas Acessórias
PEPS – Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair
PIS – Programa de Integração Social

PL – Patrimônio Líquido

PM – Preço Médio

PME – Pequena e Média Empresa

R\$ – Real

RICMS – Regulamento do ICMS DO Rio Grande do Sul

RS – Rio Grande do Sul

SEC – Securities and Exchange Commission

Sr. – Senhor

Sra. – Senhora

UEPS – Último que Entra Primeiro que Sai

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 REFERENCIAL TEÓRICO	18
1.1 ADMINISTRAÇÃO.....	18
1.2 CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO	19
1.3 CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	23
1.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	24
1.5 PROCESSO DE CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS	27
1.6 NBC TG 1000 – CONTABILIDADE PARA PME	30
2 METODOLOGIA.....	39
2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA	39
2.2 DADOS COLETADOS.....	40
2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	41
2.4 APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO	41
3 DESENVOLVIMENTO PRÁTICO	43
3.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS CONTÁBEIS SEM AS ORIENTAÇÕES DO COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS.....	43
3.2 POLÍTICAS CONTÁBEIS PREVISTAS NA NBC TG 1000 PARA ESTRUTURAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	53
3.3 MATRIZ DE IMPACTO DOS RESULTADOS BASEADO NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE	57
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS	66
ANEXOS	70

INTRODUÇÃO

A contabilidade no cenário mundial vem se desenvolvendo de forma gradativa com o passar do tempo, como podemos observar, com tendo seu marco inicial no Egito antigo, outro marco importante ocorreu com Leonardo Pisano (1202) com *Liber Abaci*, e com o frei Luca Pacioli (1494), com a regra das partilhas dobradas. Outro ponto importante que destaca uma postura evolutiva na contabilidade foi o posicionamento que ocorreu após a crise americana de 1929, com a criação da *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA), que em 1973 foi substituído pelo *Financial Accounting Standards Board* (FASB). Sendo que esse organismo regulava os pronunciamentos dos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (US GAAP). Foi em 1970 que surgiu o *International Accounting Standards Committee* (IASC), que reuniu os organismos internacionais com o objetivo de normatizar a contabilidade no cenário internacional.

Em 2001 sob a denominação do *International Accounting Standards Board* (IASB) começaram a ser editados os pronunciamentos de Normas Internacional de Relatórios Financeiros (*IFRS – INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS*), que visam não somente o atendimento de pontos contábeis específicos, mas sim demonstrando o fluxo operacional das organizações. O Brasil a partir de 2009, juntamente com cerca de 150 países começou a implantar o processo de convergência as normas internacionais, e que analisando o processo de convergência, nos remete a legislação e é de fundamental importância que se faça uma análise dos resultados dessas práticas, frente a realidade das organizações.

Diante da possibilidade do gestor, de transpor através das demonstrações contábeis, uma posição mais fidedigna da “saúde” e da real situação da empresa, que através do modelo de contabilidade fiscal poderia não ser a mais precisa com a realidade da empresa, se observa uma oportunidade única e de valor inestimável para as empresas, pois acarretaria na visão em tempo real não na estimada da legislação padrão para todos.

Mas observando o fato de que os sistemas de informação contábil estão programados com o intuito de atender ao fisco na sua essência, mas com a mudança na legislação estes sistemas também contemplarão a nova perspectiva de análise contábil, surge um dilema. Os sistemas são focados em somente uma visão, e como o gestor tem a possibilidade de escolher a prática contábil que melhor reflete a situação da organização frente ao mercado que esta está inserida. O que é possível verificando-se através do posicionamento da subjetividade exposta

pela implementação das International Financial Reporting Standards (IFRS) no cenário contábil e fiscal.

Observados esses posicionamentos, se questiona. A utilização de uma matriz de análise de resultados com base nas normas internacionais de contabilidade poderá trazer opções de decisões para os gestores das organizações de pequeno e médio porte?

O objetivo geral deste trabalho consiste na proposta de uma matriz de análise dos resultados nas pequenas e médias empresas, aplicando as normas internacionais de contabilidade, observando a DRE.

Os objetivos específicos o presente trabalho são os seguintes:

- Analisar os resultados de uma empresa utilizando as informações contábeis, sem a utilização das orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis;
- Identificar as políticas contábeis previstas na NBC TG 1000 para estruturação das demonstrações contábeis para uma empresa de pequeno porte.
- Propor uma matriz de impacto dos resultados conforme a abordagem das normas Internacionais de Contabilidade para uma empresa de pequeno porte

Considerando a internacionalização dos procedimentos e práticas contábeis propostos para as grandes empresas, através da implementação das normas internacionais de contabilidade, com mais transparência, credibilidade e governança para as empresas e a sociedade, convergência dessas normas para as pequenas e médias empresas propicia ferramentas o fortalecimento do gerenciamento através da implementação de conceitos, controles e demonstrações.

Esse processo aplicado as PME, gera uma perspectiva muito promissora no que diz respeito ao gerenciamento dessas organizações, pois remete as melhores práticas de gestão contábil já adotadas pelas grandes organizações, através dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão no processo de convergência das normas brasileiras para com as estabelecidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Muitas informações existentes sobre a alta carga tributária existente no contexto tributário brasileiro são parte ativa do cenário nacional, mas tendo em vista que é importante não somente saber que é elevada a carga tributária e sim que existe meios de se reduzir o valor tributado. Essa redução não condiz com a evasão fiscal ou sonegação e sim com um planejamento tributário observado o contexto da legislação vigente. Observado esse contexto, é de fundamental importância que se faça uma análise do impacto tributário no novo contexto proposto pelo CPC, através de suas normas.

Além do mais, o proposto pelas normas internacionais de contabilidade, consiste na característica do gestor, fazer o delineamento de quais os preceitos serão utilizados nas divulgações dos resultados da empresa, que transmitam o verdadeiro estado da empresa, na sua pura e melhor essência.

Essa visão expressada pelo gestor, tem por objetivo melhorar o processo de vislumbre da organização para os investidores e para a sociedade, pois transmite de forma clara a condição em que a empresa se encontra, isso só já demonstra a importância da realização desse estudo.

Para atingir os objetivos propostos nesse estudo, este está estruturado, na introdução, que direciona o alinhamento que será abordado, buscando um bom entendimento para estruturação do estudo.

O primeiro capítulo refere-se ao referencial teórico, que aborda a administração, a história da contabilidade e seus ramos e foca na contabilidade para pequenas e médias empresas, buscando o alinhamento faz-se uma breve exposição das principais demonstrações contábeis, posteriormente aborda-se o processo de convergência as normas internacionais de contabilidade e subsequentemente as normas específicas para pequenas e médias empresas adotadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, trazendo as informações pertinentes ao alinhamento com o objeto desse estudo que é a mensuração dos estoques.

O segundo capítulo refere-se a metodologia que foi utilizada para a realização do trabalho, onde se utilizou uma abordagem qualitativa na análise dos dados da empresa e no processo de elaboração da matriz de análise e quantitativa no tratamento dos dados apurados. Como esse trabalho trata-se de uma busca específica em uma organização caracteriza-se como estudo de caso, onde para verificar as informações foi utilizada uma projeção, observando a movimentação de um produto, que ocorreram 3547 movimentações de saída e 7 movimentações de entrada, conforme encontram-se sintetizados por data de movimentação no apêndice A.

O terceiro capítulo refere-se ao desenvolvimento prático, onde no capítulo 3.1, realizou-se a análise da Demonstração de Resultado do Exercício – DRE, através da variação dos resultados obtidos pela empresa no período de 2009 a 2011, buscando-se evidenciar os principais fatores e as variações nas contas que influenciam o objeto de formação da matriz, que são os estoques. No capítulo 3.2 realiza-se a descrição dos critérios de avaliação dos estoques e o modo como realiza-se essa avaliação. No capítulo 3.3 é descrita a matriz, para que se possa realizar uma análise do impacto. O produto desse estudo é a matriz de análise, tem como característica atender dois usuários distintos. Um usuário é a empresa que através do resultado

da matriz pode verificar qual o cenário que se enquadra dentro da realidade organizacional. Outro usuário são as empresas que desenvolvem sistemas de informações, que podem através da adaptação aos seus sistemas do produto desse estudo, suprir as organizações com informações, tendo vista que se a organização estudada tivesse a matriz implementada, haveriam dados reais para medir a magnitude do impacto da matriz de análise.

No quarto capítulo, realiza-se a análise dos resultados obtidos, transcrevendo a importância para o cenário empresarial o resultado da utilização das informações geradas pela matriz e no quinto capítulo faz-se as considerações finais sobre o estudo realizado, com as sugestões para estudos futuros.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 ADMINISTRAÇÃO

Segundo Chiavenato (2001), a administração é imprescindível para a existência, sobrevivência e sucesso das organizações. Chiavenato expressa sua posição de que as organizações jamais poderiam ter condições de existir, sobreviver e crescer, sem a administração, pois em cada organização, o administrador desenvolve estratégias, define missões, estabelecendo metas e objetivos, direcionando recursos através do planejamento e diagnósticos, para solucionar problemas e impulsionar as inovações através da aplicação do gerenciamento do conhecimento, criando valor as organizações.

A administração é um fenômeno universal. Cada organização requer estratégias de comportamento, definição de missões e objetivos, tomada de decisões, coordenação de múltiplas atividades, condução de pessoas, avaliação do desempenho, obtenção e alocação de recursos, etc. (CHIAVENATO, 2001, p.2).

Sob o olhar de Maximiano (2012), o processo de tomada de decisão para utilização de recursos com objetivo de tomada de decisão é o principal foco da administração, isto sendo, o ato de administrar é dividido em cinco etapas principais e interligadas: Controle, Liderança, Execução, Organização e Planejamento.

Um dos preceitos para se administrar de forma clara e eficiente vem de abordagens que se utilizam no contexto, essas abordagens são definidas como modelos de gestão.

Segundo Oliveira, Peres Jr. e Silva (2008), verifica-se que o termo gestão deriva do latim *gestione* e tem seu significado como gerir, gerência, administração. E como visto, administrar é planejar, organizar, dirigir e controlar recursos, visando atingir os objetivos da organização e gerir é fazer as coisas acontecerem e conduzir a organização nas suas metas e objetivos. Sendo assim, gestão é um ato de conduzir as empresas para a obtenção dos resultados almejados.

O modelo de gestão, que, de forma explícita ou não, sempre existe numa empresa, é constituído de princípios permanentes que orientam a atuação dos gestores, procurando potencializá-la. O ponto de partida do modelo de gestão é, logicamente, o conjunto de crença e valores dos donos ou dos principais executivos da empresa. (TELES; VARTANIAN *apud* OLIVEIRA; PERES Jr; SILVA, 2008, p.139).

Concordando com Oliveira, Peres Jr. e Silva (2008), Nascimento e Reginato (2009, p.54) expressam que um dos principais objetivos dos modelos de gestão é, “fazer com que

tudo aconteça dentro da organização de acordo com as crenças e valores dos proprietários e de seus principais executivos e que sejam favoráveis para a empresa”.

Partindo dessa posição, é correto afirmar que a formação dos gestores, principais executivos ou do proprietário influenciam diretamente as crenças e os valores da empresa. A partir do seu nascimento as crenças e valores se mantêm de acordo com as percepções do mundo em geral e do mercado ao qual estão inseridas, e a partir dos desejos individuais que possuem.

Isto posto, pode-se afirmar que a administração da empresa, o nível de controle, hierarquia, ambições, etc., está intimamente ligado às pessoas que idealizaram ou idealizam o empreendimento quer sejam grandes ou pequenos empreendimentos.

A forte concorrência enfrentada na conjuntura econômica mundial vem afetando diretamente as micro e pequenas empresas, tornando indispensável a utilização eficiente da gestão no processo gerencial das organizações. Ainda segundo Souza (2007), na maioria das vezes, os microempresários não têm noção clara de uma estrutura gestora eficiente e constituem seus preços através da administração feita pela concorrência, ou seja, observam os preços e as práticas uns dos outros.

A importância das MPE`s descrita por Souza, têm para o desenvolvimento do Brasil um papel fundamental e, estas empresas enfrentam uma difícil luta pela sobrevivência, observando-se alto índice de mortalidade (fechamentos e falências) e de natalidade (aberturas). (SOUZA, 2007). Barros; Modenesi *apud* SOUZA (2007, p.29) afirmam que “a capacidade administrativa dos dirigentes das pequenas empresas é um fator limitativo ao seu equilíbrio e crescimento”. A gestão das pequenas empresas é bem diferente da gestão das grandes empresas, isto porque a estrutura destas empresas, são diferenciadas.

1.2 CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO

Segundo Ferreira (2009, p.1), “a palavra contabilidade deriva do latim *computare* (contar, computar, calcular). Apesar disso, não se deve confundir contabilidade com matemática”. Marion (2009), traz que a história indica que a contabilidade remonta de aproximadamente 4.000ac., sob a forma primitiva dos controles de inventário de rebanhos. Tendo isso em vista, Marion (2009, p.28) ressalta que “a contabilidade surgiu basicamente da necessidade de donos de patrimônios que desejavam mensurar, acompanhar a variação e controlar suas riquezas”.

Lópes de Sá (2009, p. 15) ressalta que “a Contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela; talvez, por isso, seus progressos quase sempre tenham coincidido com aqueles que caracterizam os da própria evolução do ser humano”.

O destaque da evolução comercial demonstrado por Peres Junior e Begalli (2002, p.18) através da “sofisticação do comércio e seu desenvolvimento em outras partes da terra, o método contábil evoluiu consideravelmente e passou a sofrer influência de outros profissionais da contabilidade”. Colaborando Iudícibus (2010, p.31) acrescenta que “o grau de desenvolvimento das teorias contábeis e de suas práticas está diretamente associado, na maioria das vezes, ao grau de desenvolvimento comercial, social e institucional das sociedades, cidades ou nações”. Araújo e Assaf (2004, p.13) relatam que “de maneira geral, a contabilidade é conceituada como um sistema de informação capaz de orientar os donos ou acionistas de uma empresa a tomarem decisões apoiados em números que idealizam a situação financeira e patrimonial de seu negócio”.

Na visão de Szuster *et.al.* (2008, p.17), “a contabilidade é uma ciência social que tem por objetivo medir, para poder informarmos aspectos quantitativos e qualitativos do patrimônio de quaisquer entidades”, vindo a demonstrar como a contabilidade é um instrumento de controle e gestão das empresas. Conforme a definição de Padoveze (2004) a contabilidade é um sistema de informações que controla o patrimônio de uma entidade e uma entidade contábil é o conjunto patrimonial pertencente a uma pessoa física ou jurídica e o patrimônio é o conjunto de riquezas de propriedade de uma entidade contábil.

Conforme Reis, Silva e Silva (2013), a doutrina Contábil brasileira sofreu forte influência da italiana até a primeira metade do século XX sofreu grandes influências da cultura contábil da Itália, mas com a vinda de indústrias multinacionais americanas para o país, essa influência foi se dissipando.

A primeira norma legal que exerceu alguma regulamentação sobre a contabilidade foi o Código Comercial brasileiro, Lei nº 556, de 25 de junho de 1850 (COELHO; LINS, 2010), segundo qual, a escrituração mercantil era uma garantia de crédito na época, sendo assim tornou-se uma das obrigações essenciais dos comerciantes

No intervalo de tempo entre o Decreto-lei 2.627/40 e a lei seguinte das sociedades por ações, são publicadas três leis fundamentais no processo evolutivo da contabilidade e principalmente no mercado de capitais: a Lei 4.595/64, que criou o Conselho Monetário Nacional (CMN), a Lei 4.728/65, que regulou o mercado de capitais, e a Lei 6.385/76, que criou a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). (COELHO, LINS, 2010, p.173).

Segundo Coelho e Lins (2010), em 28 de dezembro de 2007 foi publicada a Lei nº 11.638/07 que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/76, introduzindo mudanças significativas no contexto da contabilidade empresarial. A reformulação foi proposta visando adaptar a lei às mudanças sociais e econômicas decorrentes da evolução do mercado e principalmente, fortalecer o mercado de capitais, mediante implementação de normas contábeis e de auditoria internacionalmente aceitas, conforme orientação do *International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

A busca do desenvolvimento das práticas e teorias contábeis e a evolução da sociedade relacionam-se diretamente, destacando-se os constantes esforços de estudiosos, entidades de classe e governos, no sentido de aperfeiçoar as técnicas de escrituração mercantil e padronizar as demonstrações elaboradas a partir destes registros, para facilitar o entendimento, observar se as divisões a qual a contabilidade está estruturada no meio acadêmico. Assim sendo a contabilidade é dividida em algumas ramificações, mas para o entendimento vamos trabalhar com as seguintes: Contabilidade Financeira, Contabilidade Gerencial, Contabilidade de Custos e Contabilidade Tributária.

Para Mauss *et al.* (2013), a contabilidade vem cada vez mais evoluindo e buscando se adaptar as demandas informacionais, devido à complexidade e as exigências do mercado atual, pois cada empresa dependendo do ramo de atividade possui as suas peculiaridades e necessidades de informações para alcançar seus objetivos e se manterem competitivas no mercado. Buscando um melhor entendimento do cenário contábil, convém exemplificar algumas ramificações da contabilidade.

De acordo com Coelho e Lins (2010), a quantidade de informações demandadas a contabilidade pelas organizações foi crescente em virtude da evolução dos negócios entre as grandes corporações. Observando a contabilidade gerencial desenvolveu novas metodologias de avaliação de custos e a geração de informações aos seus usuários internos, enquanto a contabilidade financeira, buscou novas abordagens de desempenho através de seus indicadores.

Tanto a contabilidade gerencial com a financeira, vem se desenvolvendo de forma audaz frente as necessidades de seus *stakeholders*, pois o mercado cada vez mais trona-se consumista no que diz respeito as informações para a tomada de decisões.

Conforme relatado por Mauss *et al.* (2013), a contabilidade financeira representa a contabilidade geral e tem como principal objetivo o atendimento das exigências fiscais, legais e normativas, também de demonstrar a situação financeira da entidade para os usuários internos e externos. Esse posicionamento ainda conforme Mauss *et al.* (2013) fortalece o processo a fim de que se possa decidir sobre a possibilidade de se relacionar ou comercializar com a

mesma. Como as informações geradas são limitadas e não possuem um enfoque gerencial o processo decisório viu-se com a necessidade de a contabilidade evoluir, criando-se a contabilidade gerencial para sanar as faltas das decisões no nível tático e operacional.

Para Marques (2004), a contabilidade gerencial é relacionada com o fornecimento das informações para os administradores, aqueles que estão dentro da organização e são responsáveis pelo controle de suas operações, enquanto que a financeira fornece informações para os acionistas, credores e outros que estão fora da organização.

Segundo Atkinson *et al.* (2008), a contabilidade financeira elabora informações econômicas de uma organização para o público externo, entre eles: órgãos reguladores, autoridades governamentais, acionistas e credores, informando-os sobre as consequências das decisões e as melhorias dos processos realizados por administradores e colaboradores. Enquanto a contabilidade gerencial fornece informações econômicas ao público interno, entre eles: funcionários, gerentes e executivos; que podem auxiliar os funcionários a melhorar a qualidade das operações, reduzir custos e aumentar a adequação das operações.

Para Martins (2008), através da necessidade de se avaliar os estoques, nasceu a contabilidade de custos, tendo sua origem na contabilidade financeira, objetivando a completar as informações para a tomada de decisão.

A contabilidade de custos é parte da contabilidade que trata da fundamentação teórico-doutrinária, das técnicas, métodos e procedimentos utilizados na apreensão, classificação e avaliação das mutações patrimoniais que ocorrem no ciclo operacional interno das entidades, com vista à correta delimitação dos agregados de valores a bens ou serviços produzidos e às funções exercidas na entidade, durante determinado período de tempo. (KOLIVER, 2008, p.43).

Conforme Correia (2001) *apud* Berti (2008), a contabilidade de custos é uma parte da contabilidade financeira voltada para a apuração dos gastos ocorridos, no sentido de apurar resultados em qualquer atividade física ou mental do homem, quer com seus recursos pessoais, ou de outros meios. Utiliza os mesmos mecanismos da contabilidade financeira, porém dá ênfase aos problemas de classificação dos custos, bem como, ao seu controle. Conforme Martins (2008), a Contabilidade de Custos tem basicamente duas funções: o auxílio ao controle e opção de compra ou produção.

Um dos principais objetivos das empresas é a maximização do lucro e é um desafio a diminuição dos custos em relação ao pagamento de tributos. Conforme Oliveira (2005, p.1), “a contabilidade tributária tem como uma de suas funções o uso de regras e princípios próprios para interpretar e aplicar as normas legais provenientes da legislação tributária e apurar rigorosamente os proventos que devem ser tributados das empresas”.

Observando o proposto por Jarek (2013), o objetivo da Contabilidade Tributária é apurar o resultado econômico do exercício (lucro contábil) e atender de forma extra contábil às exigências das legislações do IRPJ e da CSLL, determinando a base de cálculo fiscal para esses tributos, as quais serão abatidas do resultado contábil, para a determinação do lucro líquido do período base apurado.

1.3 CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Conforme relata Peres Jr. e Begalli (2002, p.18), “os problemas ocorridos nos Estados Unidos durante a crise econômica de 1929 a 1932 influíram de maneira significativa no fortalecimento da contabilidade, como sistema de informação de negócios”. Esse fortalecimento criou a ascensão do American Institute of Certified Public Accountants – AICPA.

Segundo Ernest e Young (2009, p.xxi), a Comissão Europeia, em 2001 decidiu adotar as normas internacionais de contabilidade (IAS) emitidas pelo então International Accounting Standards Committee (IASC), como base para as demonstrações financeiras das empresas de capital aberto da Comunidade Europeia. Essa decisão culminou na reestruturação da IASC e a criação da International Accounting Standards Board (IASB).

A Comunidade Europeia, estabeleceu que cerca de 7.000 companhias listadas na bolsa deveriam utilizar o padrão previsto pela IASB a partir de 2005, sendo que 275 empresas já haviam adotado esse padrão antes mesmo dessa data.

Conforme Maciel (2009), nos Estados Unidos da América, a *Securities and Exchange Commission – SEC*, prevê a adoção transitória para as IFRSs em 2014, sendo que algumas empresas já as adotam.

Segundo Ernest & Young (2009), em 2000 foi apresentada a câmara dos deputados o Projeto de Lei nº 3.741, que propunha alterações no Capítulo XV da Lei das Sociedades por Ações, que visava alinhar as normas e práticas contábeis brasileiras as internacionais – IFRS. Após sete anos de análise pelo órgão legislativo, a Lei foi aprovada, transformada na Lei nº 11.638/07.

Almeida (2010) expressa que a Contabilidade tem passado recentemente por um grande processo de convergência aos moldes internacionais. A Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/09 alteraram e revogaram dispositivos da Lei nº 6.404/76 estabelecendo profundas modificações na forma de contabilização e evidenciação dos fatos contábeis das sociedades anônimas e das sociedades de grande porte.

Breda (2011), relata que o CFC adotou no Brasil o Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, consubstanciado na Resolução CFC nº 1.255, de 10-12-2009, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 17-12-2009, que aprovou a NBC T 19.41, alterada pela Resolução CFC nº 1.329/11, a qual alterou a sigla e a numeração desta Norma de NBC T 19.41 para NBC TG 1000. Assim sendo, as empresas de pequeno e médio porte, são aquelas que não tenham ativos superiores a R\$ 240 milhões ou receita bruta anual superior a R\$ 300 milhões.

- 1.2 Pequenas e médias empresas são empresas que:
- (a) não têm obrigação pública de prestação de contas; e
 - (b) elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos. Exemplos de usuários externos incluem proprietários que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais, e agências de avaliação de crédito. (BRASIL, 2009a, p.6).

Segundo Lunelli (2013), para facilitar o atendimento da nova regulamentação contábil a resolução do CFC traz uma síntese contendo premissas, conceitos básicos e as normas contábeis de forma didática em um documento com mais de 200 páginas. Observa-se que esse pronunciamento com o resumo didático é aplicável somente para as PME, sendo as demais obrigadas ao conjunto completo de IFRS, conforme orientações expedidas pelo CPC.

1.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstrações Contábeis são relatórios que de forma sucinta e ordenada registra os principais fatos contábeis em determinado período.

A empresa independentemente de seu porte ou natureza jurídica, tem de manter escrituração contábil completa, no livro diário, para controlar o seu patrimônio e gerenciar adequadamente os seus negócios. Não se trata exclusivamente de uma necessidade gerencial, o que já seria uma, importante justificativa. A escrituração contábil consta como exigência expressa em diversas legislações. (SANTOS, 2006, p.26)

As informações geradas pelas demonstrações contábeis devem ser confiáveis, seguindo esse preceito Iudicibus e Marion (2006, p.66), colaboram dizendo que “a informação possui a qualidade da confiabilidade quando ela está livre de erros materiais e vieses e pode ser aceita pelos usuários como representando fielmente o que está destinada a representar ou que razoavelmente se espera que representasse”.

Originalmente, as demonstrações contábeis obrigatórias segundo a Lei nº 6.404/76, eram definidas como: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração das Origens, Aplicações dos

Recursos e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Segundo Marion (2009a, p. 154), as demonstrações objetivam “[...] fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisão econômica.

Entretanto, à Lei nº 11.638 de 2007 (Lei das S/A), alterou e revogou alguns dispositivos da Lei 6.404/76, em seu art. 176, as demonstrações contábeis que passam a ter obrigatoriedade são o BP (Balanço Patrimonial), a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício), DLPA (Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados) ou DMPL (Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido) e a DFC (Demonstração do Fluxo de Caixa) e se companhia de capital aberto a DVA (Demonstração do Valor Adicionado). Segundo Marion, as demonstrações contábeis obrigatórias são:

- Balanço patrimonial (BP);
 - Demonstração do resultado do exercício (DRE);
 - Demonstração dos lucros e prejuízos acumulados (DLPac);
 - Demonstração dos fluxos de caixa (DFC);
 - Demonstração do valor adicionado (DVA) (se companhia aberta).
- (MARION, 2009a, p.41).

Marion (2009), descreve que a Lei nº 11.638/07 representa um importante avanço na atualização da Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76, pois proporciona maior transparência e qualidade às informações contábeis e harmonização no processo de convergência das normas contábeis internacionais.

Balanço Patrimonial é a demonstração que tem por objetivo mostrar a situação financeira e patrimonial de uma entidade em um determinado período de apuração.

O balanço apresenta a posição patrimonial e financeira de uma empresa em dado momento. A informação que esse demonstrativo oferece é totalmente estática e, muito provavelmente, sua estrutura se apresentara relativamente diferente algum tempo após seu encerramento. No entanto, pelas relevantes informações de tendências que podem ser extraídas de seus diversos grupos de contas, o balanço servirá como elemento de partida indispensável para o conhecimento da situação econômica e financeira de uma empresa (ASSAF NETO, 2009, p.67).

Conforme Brasil (1976) a lei 6404/76 estabelece no seu art. 178 que, “no Balanço as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e análise da situação financeira da companhia”. Santos (2006, p.28), “ O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil apresentada na forma vertical e destinada a evidenciar quantitativa e qualitativamente, em determinada data, o patrimônio e a composição do patrimônio líquido da entidade”.

O Balanço Patrimonial é formado pelo Ativo e pelo Passivo, onde o Ativo compreende os bens e direitos, o Passivo onde se encontram registradas as obrigações, e pelo Patrimônio Líquido composto pelos recursos próprios. Essa demonstração deve seguir os preceitos da Lei n. 6 404/76, bem como as alterações da Lei n. 11.638/07 e os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Marion (2009), destaca que é no ativo onde se encontra o dinheiro aplicado na empresa, sendo representado de acordo com a ordem de liquidez, iniciando com os itens de liquidez mais imediatista que são: caixa, bancos e clientes, que logo serão convertidos em caixa. Posteriormente serão alocados os itens que deverão ficar mais tempo na empresa, sendo os edifícios, equipamentos, veículos e móveis.

Entende-se por Ativo a aplicação de recursos da qual se espera a geração de benefícios econômicos futuros. Pode-se dizer, também, que o Ativo representa, de forma estática, os bens e os direitos da entidade, ou seja, tudo o que a empresa possui (caixa, máquinas, prédios, terrenos, estoque, material de escritório, etc.) e tudo que lhe é devido (contas a receber). (SZUSTER *et al.*, 2008, p.38).

Ainda segundo Marion (2009), é no passivo encontra-se a origem do dinheiro aplicado na empresa. O passivo é que representa a origem dos capitais de terceiros que devem ser inicialmente divididas pela data em que serão executados. O mesmo é composto por: fornecedores, empréstimos, impostos a pagar e salários a pagar. Para Araújo e Assaf (2014, p.131) “o passivo significa as fontes financiadoras dos ativos de uma entidade. Aparecem na forma de direitos de proprietários da empresa, quando nos referimos ao patrimônio líquido, ou direitos de terceiros exigíveis no futuro, quando nos referimos ao passivo propriamente dito”.

Já patrimônio líquido segundo Marion (2008), é encontramos a fonte do dinheiro aplicado. No qual indica-se a quantidade de capital integralizado, as reservas de lucros ou prejuízos acumulados e reservas de capital.

Conforme Brasil (2007), a Demonstração do Resultado do Exercício conforme o art. 187 da Lei 11.638/07, destina-se a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operações da entidade confrontando as receitas, custos e despesas incorridas no exercício.

A demonstração de resultados do exercício visa fornecer, de maneira esquematizada, os resultados (lucro ou prejuízo) auferidos pela empresa em determinado exercício social, os quais são transferidos para contas do patrimônio líquido. O lucro (ou prejuízo) é resultante de receitas, custos e despesas incorridos pela empresa no período e apropriados segundo o regime de competência, ou seja, independentemente de quem tenha sido esses valores pagos ou recebidos. (ASSAF NETO, 2009, p.84).

Segundo Santos (2006) a Demonstração do Resultado do Exercício, evidencia vários resultados, conforme a análise entre despesas, receitas e os custos, sempre observando o Princípio da Competência. A demonstração do resultado, conforme Greco, Arend e Gartner (2007, p.93) “apresentará as receitas e os ganhos do período, independentemente de seu recebimento, e os custos, despesas, encargos e perdas pagos ou incorridos, correspondentes a esses ganhos e receitas”.

Conforme Brasil (2007), com as modificações da lei Lei n. 11.638/07 a qual alterou algumas normas e dispositivos para a elaboração e divulgação das DREs das sociedades anônimas e empresas de grande porte, focando o objetivo principal de realizar o alinhamento com as diretrizes contábeis nacionais com os padrões internacionais de contabilidade, proporcionando maior credibilidade e segurança para os investidores e outros agentes do mercado.

Para Marion (2009), é possível verificar através da DRE o resultado das operações efetuadas pela empresa em um determinado período, sendo assim, se a organização teve lucro ou prejuízo, bem como o atendimento ao fisco, através do resultado fiscal, visualizando os impostos devidos e recolhidos no ano, além de proporcionar uma visão gerencial que permite assim aos sócios e acionista uma avaliação sobre informações do desempenho da organização, e realizando projeções para o futuro.

1.5 PROCESSO DE CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS

Para Monsores (2013), com a internacionalização da economia e o crescimento de mercados únicos de comércio, tem-se evidenciado a necessidade de desenvolver um sistema de informação que harmonize as práticas contábeis e que seja compatível para os seus diversos usuários e interessados. O fortalecimento dos padrões internacionais de contabilidade, ocorreram nesse ambiente, e a busca da convergência das práticas contábeis é uma necessidade para que haja comparabilidade das informações. Segundo Azevedo (2008, p.21), “Iniciou-se com um Projeto de Lei nº 3.741/2000, na Câmara dos Deputados, o qual foi debatido ao longo desses anos. No Senado Federal, o Projeto de Lei recebeu o número 121/2007. E, finalmente, depois de sete anos, foi publicada a Lei nº 11.638/2007(DOU 28.12.2007) originada desse projeto de lei”.

Ainda segundo Monsores (2013), com a publicação da Lei 11.638/07 que alterou alguns dispositivos da Lei 6.404/76, também conhecida como a Lei das Sociedades Anônimas, consagrou a convergência das normas internacionais de contabilidade no Brasil, pois a mesma veio para alinhar as práticas contábeis nacionais ao cenário internacional, de forma que a di-

vulgarção das demonstrações contábeis, venham a ser padronizadas, dentro de uma estrutura transparente direcionada aos *stakeholders*.

Conforme Brasil (2013), antecipando –se ao cenário de convergência, o CFC em 2005 criou o CPC, pela Resolução do CFC nº 1.055/05, que tem sob sua responsabilidade e incumbência o estudo, emissão e pronunciamentos técnicos sobre procedimentos de contabilidade e divulgação de informações de natureza contábil. Além do CFC são membros do CPC: ABRASCA (Associação Brasileira das Companhias Abertas), APIMEC NACIONAL (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais), BOVESPA, IBRACON (Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes) e FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras da FEA/USP). Após a aprovação dos pronunciamentos técnicos pelo CPC, os mesmos são encaminhados ao CFC, CVM, Banco Central, SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), Aneel, entre outras, para serem normatizados pelos respectivos órgãos, após, o pronunciamento do CPC é novamente discutido em formato de Norma Brasileira de Contabilidade e submetido novamente à audiência pública e somente após aprovado pelo CFC com a emissão de uma Resolução, que dispõe sobre a respectiva Norma Brasileira de Contabilidade.

Segundo Szuster *et al.* (2008), a partir de 2008, o Brasil adotou uma nova Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade, emitida pelo CPC de acordo com o *framework for the preparation and Presentation of Financial Statements* emitido pelo IASB – *International Accounting Standards Board* e aprovada pela CVM por meio da Deliberação nº 539/08. Até 2008 vigoravam no Brasil duas estruturas básicas, uma emitida pela CVM (deliberação nº 29/86) revogada a partir de 31/12/2008, e outra pelo CFC – resolução nº 750/93, complementada pela Resolução nº 774/94 e alterada pela Resolução nº 900/01. Observando Brasil (2013), com o processo de convergência das NBC's aos padrões internacionais, o CFC editou em 2009 a Resolução nº 1.156/09, que estabeleceu a nova estrutura básica das NBC's, ajustando a linguagem e a metodologia ao padrão internacional.

O documento tomado como fonte para esta Estrutura, seguindo com o processo de convergência rumo às Normas Internacionais de Contabilidade, é o *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*, emitido pelo IASB – *International Accounting Standards Board*. Ao adotar essa Estrutura Básica, inaugura-se no Brasil uma forma de apresentação dos conceitos fundamentais contábeis sob a mesma forma contida nas Normas Internacionais de Contabilidade. (MATIAS, 2013, p.11).

Segundo Matias (2013), o "*framework*" não é uma norma internacional de contabilidade, é um texto com a descrição dos conceitos básicos que devem ser respeitados na preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Ele define a essência e a filosofia das

normas internacionais e tem também como objetivo auxiliar no desenvolvimento e interpretação das normas internacionais de contabilidade. Basicamente o *Framework* é um pronunciamento conceitual básico da contabilidade (IASB), que o CPC traduz e emite o Pronunciamento Conceitual Básico (Brasil); e o CFC emite a Resolução que aprova a NBC T 1, no caso do exemplo da estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis.

Para Zanluca (2013), as IFRS juntamente com a contabilidade internacional surgem para construir um ponto comum entre os relatórios financeiros elaborados entre países e definir métodos de adaptação aos padrões internacionais a partir da contabilidade local. Torna-se importante no Brasil a partir da criação da Bolsa de Valores e da entrada de capital estrangeiro ao mercado nacional a adaptação ao padrão expedido pelos CFC, pois no conceito mundial, se estrutura a partir do estudo das normas contábeis vigentes em cada país e tem como objetivo a transformação de relatórios com base nas diferentes regras normativas, conforme os interesses comerciais relacionados a operações de exportação/importação ou entre matriz e filial, situada no exterior.

Conforme Zanluca (2013) ressalta, uma das razões para a convergência, é o custo extra que investidores internacionais possuem na parametrização da troca das informações contábeis, custo este destinado a contratação de consultores e empresas especializadas. Diante do exposto, Batista (2008), afirma que a referida mudança é extremamente positiva para o ambiente econômico, pois tem como objetivo possibilitar a adoção de práticas contábeis internacionais pelas companhias brasileiras, assim como atribuir maior transparência às informações contábeis das pessoas jurídicas.

Atualmente segundo Brasil (2013), as NBC's estão normatizadas pela Resolução do CFC n° 751/93, com atualizações de redação dadas pelas Resoluções do CFC n° 875/00, 980/03, 1028/05, 1.106/07, 1.156/09 e em 21 de setembro de 2010, pela Resolução do CFC n° 1.298/10 que revogou a Resolução CFC n° 1.156/09 e pela Resolução do CFC n° 1.328/11 que trouxe algumas adequações que se fizeram necessárias para que a atual estrutura das NBC's se apresente alinhada e convergente. Assim sendo, a elaboração e o estilo das NBC's passam a observar os mesmos padrões internacionais e compreendem as Normas propriamente ditas, as Interpretações Técnicas e os Comunicados Técnicos.

Conforme Brasil (2013), através da Resolução do CFC n° 1.298/10 manteve-se a divisão das NBC's em Normas Profissionais e Normas Técnicas, como já havia sido definido pelas Resoluções anteriores. A estrutura das Normas Profissionais e das Normas Técnicas, podem ser complementadas por Interpretações Técnicas e ou Comunicados Técnicos. A In-

interpretação Técnica é identificada pela sigla IT, com numeração sequencial, seguida pela sua denominação; e o Comunicado Técnico é identificado pela sigla CT, também seguido por numeração sequencial e denominação própria.

1.6 NBC TG 1000 – CONTABILIDADE PARA PME

Conforme Brasil (2009a), a NBC TG 1000, no Brasil as sociedades por ações de capital fechado (sem negociação de suas ações ou outros instrumentos patrimoniais ou de dívida no mercado e que não possuam ativos em condição fiduciária perante um amplo grupo de terceiros), mesmo que obrigadas à publicação de suas demonstrações contábeis, são tidas, para fins desta Norma, como pequenas e médias empresas, desde que não enquadradas pela Lei nº. 11.638/07 como sociedades de grande porte. As sociedades limitadas e demais sociedades comerciais, desde que não enquadradas pela Lei nº. 11.638/07 como sociedades de grande porte, também são tidas, para fins desta Norma, como pequenas e médias empresas.

Conforme a NBC TG 1000, a entidade identifica de forma clara e objetiva cada demonstração contábil e notas explicativas e distingue-las de outras informações eventualmente apresentadas no mesmo documento. Além disso, evidenciar as seguintes informações de forma destacada, e repetida quando for necessário para a devida compreensão da informação apresentada:

- (a) o nome da entidade às quais as demonstrações contábeis se referem, bem como qualquer alteração que possa ter ocorrido nessa identificação desde o término do exercício anterior;
- (b) se as demonstrações contábeis se referem a uma entidade individual ou a um grupo de entidades;
- (c) a data de encerramento do período de divulgação e o período coberto pelas demonstrações contábeis;
- (d) a moeda de apresentação, conforme definido na Seção 30 da Resolução CFC 1255 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis;
- (e) o nível de arredondamento, se existente, usado na apresentação de valores nas demonstrações contábeis. (BRASIL, 2009a).

Segundo a NBC TG 1000 todas as entidades cujas demonstrações contábeis estiverem em conformidade com a norma devem fazer uma declaração explícita e sem reservas dessa conformidade nas notas explicativas. As demonstrações contábeis não devem ser descritas como em conformidade com esta Norma, a não ser que estejam em conformidade com todos os requerimentos desta Norma.

O conjunto completo de demonstrações contábeis da entidade deve incluir todas as seguintes demonstrações:

- (a) balanço patrimonial ao final do período;

- (b) demonstraco do resultado do período de divulgao;
- (c) demonstraco do resultado abrangente do período de divulgao. A demonstraco do resultado abrangente pode ser apresentada em quadro demonstrativo próprio ou dentro das mutaoes do patrimônio líquido. A demonstraco do resultado abrangente, quando apresentada separadamente, começa com o resultado do período e se completa com os itens dos outros resultados abrangentes;
- (d) demonstraco das mutaoes do patrimônio líquido para o período de divulgao;
- (e) demonstraco dos fluxos de caixa para o período de divulgao;
- (f) notas explicativas, compreendendo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informaçoes explanatórias. (BRASIL, 2009a).

Conforme Brasil (2009a), em razão desta norma requerer valores comparativos com respeito as demonstraoes de períodos anteriores para todos os valores apresentados nas demonstraoes contábeis, um conjunto completo de demonstraoes requer que a entidade apresente, no mínimo, duas demonstraoes de cada uma das demonstraoes exigidas, de forma comparativa, e as notas explicativas correspondentes. Segundo a NBC TG 1000, o balanço patrimonial da entidade  a relao de seus ativos, passivos e patrimônio líquido em uma data específica.

Quadro 1: Descrio balanço patrimonial

Ativo	 um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que benefícios econmicos futuros fluam para a entidade
Passivo	 uma obrigao atual da entidade como resultado de eventos já ocorridos, cuja liquidao se espera resulte na saída de recursos econmicos
Patrimônio líquido	 o valor residual dos ativos da entidade após a deduo de todos os seus passivos

Fonte: Adaptado (BRASIL, 2009a).

Conforme a NBC TG 1000, Seo 4, Item 4.2, o balanço patrimonial deve incluir, no mínimo, as seguintes contas que apresentam valores:

- (a) caixa e equivalentes de caixa;
- (b) contas a receber e outros recebíveis;
- (c) ativos financeiros (exceto os mencionados nos itens (a), (b), (j) e (k));
- (d) estoques;
- (e) ativo imobilizado;
- (f) propriedade para investimento, mensurada pelo valor justo por meio do resultado;
- (g) ativos intangíveis;
- (h) ativos biológicos, mensurados pelo custo menos depreciao acumulada e perdas por desvalorizao;
- (i) ativos biológicos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- (j) investimentos em coligadas. No caso do balanço individual ou separado, têm os investimentos em controladas;
- (k) investimentos em empreendimentos controlados em conjunto;
- (l) fornecedores e outras contas a pagar;

- (m) passivos financeiros (exceto os mencionados nos itens (l) e (p));
- (n) passivos e ativos relativos a tributos correntes;
- (o) tributos diferidos ativos e passivos (devem sempre ser classificados como não circulantes);
- (p) provisões;
- (q) participação de não controladores, apresentada no grupo do patrimônio líquido, mas separadamente do patrimônio líquido atribuído aos proprietários da entidade controladora;
- (r) patrimônio líquido pertencente aos proprietários da entidade controladora. (BRASIL, 2009a).

De acordo com Coelho, Lins (2010), o BP evidencia a composição dos bens, direitos e obrigações da empresa em determinado período, normalmente de um ano, com data de fechamento e publicação, conforme normas brasileiras, em 31 de dezembro de cada ano. Tanto o ativo quanto o passivo dividem-se em dois grupos classificados como circulante e não circulante. Essa divisão propõe uma clássica separação entre aquilo que representa os recursos da empresa, que estão em constante movimentação (capital de giro); e os recursos que têm caráter mais duradouro no patrimônio da empresa. O PL tem um número específico de contas na sua composição que são: capital social, reserva de capital, ajuste de avaliação patrimonial, reservas de lucro, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

De acordo com Brasil (2009a), a entidade deve apresentar seu resultado para o período contábil em duas demonstrações contábeis: a demonstração do resultado do período e a demonstração do resultado abrangente.

[...] a demonstração do resultado do exercício apresenta todos os itens de receita e despesa reconhecidos no período, exceto aqueles que são reconhecidos no resultado abrangente conforme permitido ou exigido por esta Norma. (BRASIL, 2009a).

A demonstração do resultado abrangente segundo consta em Brasil (2009a), deve iniciar com a última linha da demonstração do resultado; devem constar todos os itens de outros resultados abrangentes na sequência, a não ser que esta Norma seja modificada e exija de outra forma. Esta Norma fornece tratamento distinto para as seguintes circunstâncias:

- (a) os efeitos de correção de erros e mudanças de políticas contábeis são apresentados como ajustes retrospectivos de períodos anteriores ao invés de como parte do resultado no período em que surgiram (ver Seção 10 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro); e
 - (b) três tipos de outros resultados abrangentes são reconhecidos como parte do resultado abrangente, fora da demonstração do resultado, quando ocorrem:
 - (i) alguns ganhos e perdas provenientes da conversão de demonstrações contábeis de operação no exterior [...].
 - (ii) alguns ganhos e perdas atuariais [...].
 - (iii) algumas mudanças nos valores justos de instrumentos de hedge [...].
- (BRASIL, 2009a).

A demonstração do resultado do exercício, segundo Brasil (2009a) no mínimo deve apresentar, e obedecendo à legislação vigente, as contas a seguir enunciadas que apresentem valores, com o lucro líquido ou prejuízo como última linha. Segundo Almeida (2010) o objetivo da demonstração do resultado do exercício é relatar o desempenho de lucro ou prejuízo apurado pela companhia durante o exercício.

Conforme Brasil (2009a) as notas explicativas devem apresentar informações acerca das bases de elaboração das demonstrações contábeis e das práticas contábeis utilizadas, prover informações que não tenham sido apresentadas em outras partes das demonstrações contábeis, mas que sejam relevantes para compreendê-las.

Segundo Brasil (2009a) a entidade normalmente apresenta as notas explicativas na seguinte ordem:

- Declaração de que as demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com esta Norma;
- Resumo das principais práticas contábeis utilizadas;
- Informações de auxílio aos itens apresentados nas demonstrações contábeis, na ordem em que cada demonstração é apresentada, e na ordem em que cada conta é apresentada na demonstração; e
- Quaisquer outras divulgações.

Ainda segundo Iudícibus *et al.* (2010), as notas explicativas são informações complementares às demonstrações contábeis, podem estar expressas tanto na forma descritiva quanto na forma de quadros analíticos, ou visando um melhor esclarecimento englobar outras demonstrações contábeis. Coelho e Lins (2010) relatam que o objetivo básico das notas explicativas é explicar com detalhes os métodos de cálculo utilizados na composição dos valores, e as políticas contábeis adotadas pela empresa.

Conforme exposto por Brasil (2009a), o objetivo das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas é oferecer informações sobre a posição financeira, o desempenho, e sobre os fluxos de caixa, informações que sejam úteis para a tomada de decisão. Conforme as observações de Coelho; Lins (2010), as características qualitativas são atributos que tornam as demonstrações contábeis úteis para os usuários. As quatro principais características qualitativas são: compreensibilidade, relevância, materialidade, confiabilidade.

De acordo com a NBC TG Estrutura Conceitual, uma qualidade essencial das informações apresentadas nas demonstrações contábeis é que elas sejam prontamente entendidas pelos usuários. Para esse fim, presume-se que os usuários conheçam o negócio, as atividades econômicas e contabilidade, assim como a disposição de estudar as informações

com razoável diligência. Todavia, informações sobre assuntos complexos que devam ser incluídas nas demonstrações contábeis por causa da sua relevância para as necessidades de tomada de decisão pelos usuários não devem ser excluídas em nenhuma hipótese, inclusive sob o pretexto de que seria difícil para certos usuários as entenderem.

Segundo Brasil (2009a), a informação fornecida através de demonstrações contábeis segundo a NBC TG 1000 deve ser relevante para as necessidades de decisão dos usuários. A informação tem a qualidade da relevância quando é capaz de influenciar as decisões econômicas. Almeida e Pinheiro (2010), versam que as informações relevantes devem ser dotadas de valor prospectivo e retrospectivo. As informações contábeis terão valor prospectivo (preditivo) se forem capazes de auxiliar as previsões dos tomadores de decisões econômicas.

Segundo Brasil (2009a) A informação é material e relevante, se sua omissão ou erro puder influenciar nas decisões econômicas de usuários, tomadas com base nas demonstrações contábeis. A materialidade depende do tamanho do item ou imprecisão julgada nas circunstâncias de sua omissão ou erro. A informação fornecida nas demonstrações contábeis deve ser confiável. A informação é confiável quando está livre de desvio substancial e viés, e representa adequadamente aquilo que tem a pretensão de representar. Demonstrações contábeis não estão livres de viés se, por meio da seleção ou apresentação da informação, elas são destinadas a influenciar uma decisão ou julgamento para alcançar um resultado ou desfecho predeterminado.

Para Almeida, Pinheiro (2010), uma informação confiável deve ser neutra e imparcial, visando atingir um resultado ou desfecho predeterminado. Para ser confiável a informação contábil deve ser preparada respeitando-se o Princípio Contábil da Prudência, além de ser completa, observando-se o limite da materialidade e do custo-benefício. A informação contábil, deve permitir a avaliação de tendências e de demonstrações contábeis de várias entidades para que a alocação de recursos da maneira mais eficiente possível.

Os usuários devem ser capazes de comparar as demonstrações contábeis da entidade ao longo do tempo, a fim de identificar tendências em sua posição patrimonial e financeira e no seu desempenho. Os usuários devem, também, ser capazes de comparar as demonstrações contábeis de diferentes entidades para avaliar suas posições patrimoniais e financeiras, desempenhos e fluxos de caixa relativos. Assim, a mensuração e a apresentação dos efeitos financeiros de transações semelhantes e outros eventos e condições devem ser feitas de modo consistente pela entidade, ao longo dos diversos períodos, e também por entidades diferentes. Adicionalmente, os usuários devem ser informados das políticas contábeis empregadas na elaboração das demonstrações contábeis, e de quaisquer mudanças nessas políticas e dos efeitos dessas mudanças. (BRASIL, 2009a).

Segundo Almeida, Pinheiro (2010), as informações reportadas nos relatórios contábeis devem ser comparáveis ao longo do tempo, possibilitando identificar tendências na posição patrimonial e financeira da entidade. Segundo Brasil (2009a), as transações e outros eventos e condições devem ser contabilizados e apresentados de acordo com sua essência e não meramente sob sua forma legal. Isso aumenta a confiabilidade das demonstrações contábeis. Prudência, é a inclusão de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas exigidas de acordo com as condições de incerteza, sendo que os ativos ou receitas não sejam superestimados e que passivos ou despesas não sejam subestimados.

Segundo a NBC TG Estrutura Conceitual, para ser confiável a informação constante das demonstrações contábeis deve ser completa, dentro dos limites da materialidade e custo. Uma omissão pode tornar a informação falsa ou torná-la enganosa e, portanto, não confiável e deficiente em termos de sua relevância. A tempestividade procura oferecer a informação dentro do tempo de execução. A administração precisa ponderar a necessidade da elaboração dos relatórios em época oportuna, com a necessidade de oferecer informações confiáveis. Os benefícios derivados da informação devem exceder o custo de produzi-la. A avaliação dos custos e benefícios é, em essência, um processo de julgamento.

Além disso, conforme Brasil (2009a), os custos não recaem necessariamente sobre aqueles usuários que usufruem dos benefícios e, frequentemente, os benefícios da informação são usufruídos por vasta gama de usuários externos. Com a publicação da Lei 11.638/07 e, posteriormente, da Lei 11.941/09 ocorreram vários ajustes no intuito de padronizar a contabilidade no Brasil aos padrões internacionais, como por exemplo, os novos critérios de avaliação do ativo e do passivo.

As empresas pioneiras que aderiram a esse processo foram às consideradas de grande porte. Com a emissão da NBC TG 1000 aquelas de pequeno porte também ficaram obrigadas a adaptar sua contabilidade aos padrões internacionais. Conforme o art. 183 da Lei 6.404/76, consolidado com as alterações das Leis 11.638/07 e 11.941/09 as principais alterações introduzidas foram, a avaliação pelo valor de mercado de instrumentos financeiros, ajustes a valor presente de direitos e obrigações e a recuperação de ativos permanentes.

Quadro 2: Forma de avaliação de ativos

Ativos	Lei 6.404/76	Lei 11.638/07
Direitos, títulos de créditos, aplicações financeiras e valores mobiliários.	Custo ou mercado, o menor.	Valor justo, quando destinado a negociação ou disponíveis para a venda. E nos demais casos pelo custo de aquisição.
Estoques.	Custo de aquisição, deduzido as provisões.	Sem Alteração.
Investimentos em outras sociedades, demais investimentos.	Custo de aquisição deduzido as provisões.	Sem Alteração.

Ativos	Lei 6.404/76	Lei 11.638/07
Ativo Imobilizado.	Custo de aquisição, deduzido a depreciação, exaustão ou amortização.	Sem alteração.
Ativos Intangíveis.	Não havia previsão.	Custo incorrido na aquisição, deduzido a depreciação.
Ativos de Longo prazo.	Não havia previsão específica.	Deverão ser ajustados a valor presente.
Ativo diferido.		Não contemplado.

Fonte: Adaptado (BRASIL, 1976) e (BRASIL, 2007).

De acordo com a NBC TG 1000, mensuração é o processo de determinar as quantias monetárias de ativos, passivos, receitas e despesas nas demonstrações contábeis das entidades. Esta Norma define quais bases de avaliação a entidade deve usar para diversos tipos de ativos, passivos, receitas e despesas.

Duas bases comuns para mensuração são custo histórico e valor justo:

(a) Para ativos, o custo histórico representa a quantidade de caixa ou equivalentes de caixa paga ou o valor justo do ativo dado para adquirir o ativo quando de sua aquisição. Para passivos, o custo histórico representa a quantidade de recursos obtidos em caixa ou equivalentes de caixa recebidos ou o valor justo dos ativos não monetários recebidos em troca da obrigação na ocasião em que a obrigação foi incorrida, ou em algumas circunstâncias (por exemplo, imposto de renda) a quantidade de caixa ou equivalentes de caixa que se espera sejam pagos para liquidar um passivo no curso normal dos negócios. O custo histórico amortizado é o custo do ativo ou do passivo mais ou menos a parcela de seu custo histórico previamente reconhecido como despesa ou receita.

(b) Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. (BRASIL, 2009a).

De acordo com Almeida (2010), valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Segundo Coelho e Lins (2010) a Lei define o valor justo a partir de quatro categorias de ativos: matérias – primas, bens e direitos destinados à venda, investimentos e instrumentos financeiros. Para cada um desses ativos, há uma diferente concepção sobre o conceito de valor justo.

Quadro 3: Definições legais para o conceito de valor justo

ATIVO	VALOR JUSTO
Matérias-primas e bens em almoxarifado	Preço pelo qual possam ser repostos, mediante compra no mercado.
Bens ou direitos destinados à venda	Preço líquido de realização mediante venda no mercado, deduzidos os impostos e demais despesas necessárias para a venda, e a margem de lucro.

ATIVO	VALOR JUSTO
Investimentos	Valor líquido pelo qual possam ser alienados a terceiros.
Instrumentos financeiros (quando da existência de um mercado ativo)	Valor que pode se obter em um mercado ativo, decorrente de transação não compulsória realizada entre partes independentes.

Fonte: Adaptado de Coelho; Lins (2010).

Segundo Coelho e Lins (2010), os critérios de avaliação mencionados são aplicados aos ativos, passivos, receitas e despesas, levando em consideração as suas características e peculiaridades, e no presente estudo são mencionados àqueles normalmente utilizados em PME's.

Para Brasil (2009a), o instrumento financeiro é um contrato que gera um ativo financeiro para a entidade, e um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Dentre os instrumentos financeiros básicos cabe destacar: caixa; depósitos à vista e a prazo fixo; títulos e letras negociáveis; títulos e empréstimos a receber e a pagar, entre outros. De acordo com a NBC TG 1000, a entidade reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando tornar-se parte das disposições contratuais do instrumento.

Quando um ativo ou um passivo financeiro é reconhecido, a entidade deve avaliá-lo pelo custo da operação (incluindo os custos de transação, exceto na mensuração inicial de ativos e passivos financeiros, que são avaliados pelo valor justo por meio do resultado), a menos que o acordo constitua, de fato, uma transação financeira. Uma transação financeira pode acontecer em conexão com a venda de bens e serviços, por exemplo, se o pagamento é postergado além dos termos comerciais normais ou é financiada a uma taxa de juros que não é a de mercado. (BRASIL, 2009a).

Para Iudícibus *et al.* (2010), as contas devem ser avaliadas pelo seu valor líquido de realização, ou seja, deve ser feito um ajuste a valor presente (AVP), onde é estimado o valor equivalente ao que se espera receber. Para os valores que se estima não receber, devem ser feitos ajustes relativos a Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa, sendo a mesma uma conta redutora das contas a receber, assim como ajuste a valor presente.

De acordo com Brasil (2009a), estoques são ativos: mantidos para venda no curso normal dos negócios; no processo de produção para venda; ou na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos no processo de produção ou na prestação de serviços. Sendo destacado de forma clara conforme Brasil (2009a) “A entidade avalia estoques pelo menor valor entre o custo e o preço de venda estimado diminuído dos custos para completar a produção e despesas de venda”. Ernest & Young (2009, p.61) destacam que “ os estoques são ativos: (a) destinados a venda no decurso normal dos negócios da entidade; (b) no processo de

produção para venda; ou (c) na forma de materiais e suprimentos a serem consumidos no processo de produção ou na prestação de serviços”.

Para Iudícibus *et al.* (2010, p.76), os estoques para fins de mensuração, a regra é: valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor. Por valor realizável líquido entende-se o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzindo dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. De acordo com a Resolução CFC 1255/09, ativos imobilizados são ativos tangíveis que (BRASIL, 2009a):

- são mantidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel a terceiros ou para fins administrativos; e
- que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período.

Segundo Brasil (2009a), a entidade deve mensurar os itens do ativo imobilizado no reconhecimento inicial pelo seu custo, após o reconhecimento inicial deve mensurar pelo custo menos depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável de ativos acumuladas. A entidade deve reconhecer os custos de operação dia-a-dia de item de ativo imobilizado como despesa do resultado no período em que são incorridos.

Para Almeida (2010), itens do imobilizado são registrados como ativos sempre que for provável que os benefícios econômicos futuros a eles associados sejam auferidos pela entidade, e o seu custo possa ser avaliado com segurança. O reconhecimento inicial é feito ao custo, o que inclui todos os custos necessários para preparar o ativo para seu uso pretendido. Após a aquisição, o ativo é registrado ao custo menos depreciação acumulada e menos perda de valor recuperável.

De acordo com a NBC TG 1000, PL é a diferença entre o total dos ativos da entidade e todos os seus passivos. Um passivo é uma obrigação presente da entidade, originada de eventos já ocorridos, cuja liquidação deve resultar em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos.

Ainda, conforme a referida norma, o Patrimônio Líquido inclui os investimentos realizados pelos proprietários da entidade, mais adições a esses investimentos obtidas por meio de operações rentáveis e retidas para utilização nas operações da entidade (lucros acumulados), menos as reduções nos investimentos dos proprietários como resultado de operações não rentáveis (prejuízos acumulados) ou distribuições para os proprietários.

2 METODOLOGIA

No capítulo da metodologia, tem-se como objetivo relatar os processos práticos e teóricos que foram utilizados na realização do trabalho. Segundo Fachin (2006):

Todo trabalho científico deve ser baseado em procedimentos metodológicos, os quais conduzem a um modo pelo qual se realiza uma operação denominada *conhecer*, outra *agir* e outra *fazer*. Tais operações são desempenhadas pelo ser humano a fim de desenvolver adequadamente um estudo. (FACHIN, 2006, p.27).

O relato se dá através da caracterização da pesquisa, coleta dos dados e análise e interpretação dos dados, onde se expõe de forma clara os meios para se atingir um fim.

2.1 CATEGORIZAÇÃO DA PESQUISA

No âmbito desse estudo, considera-se necessário realizar a sua categorização, com o intuito de auxiliar na explicação clara do método investigativo. Este trabalho se caracteriza como sendo de natureza teórica – empírica, onde se busca as fontes teóricas no intuito de embasar análises das informações práticas. Severino (2007), descreve que a ciência consiste na explicação do real (saber teórico) e a transformação do real pela técnica (poder prático), que ocorrem simultaneamente.

O conhecimento empírico é adquirido independentemente de estudos, pesquisas, reflexões ou aplicações de métodos. Em geral é um conhecimento que se adquire na vida cotidiana e, muitas vezes, ao acaso, fundamentado apenas em experiências vivenciadas ou transmitidas de uma pessoa para outra, fazendo parte das antigas tradições. (FACHIN, 2006, p.14).

A abordagem é qualitativa na análise dos resultados projetados e quantitativa na apropriação dos valores utilizados nesse estudo. Segundo Michel (2005, p.33), “as pesquisas quantitativas são amplamente utilizadas quando a intenção é garantir a precisão de resultados, evitando distorções de análise de interpretação e possibilitando, em consequência, uma margem de segurança quanto às inferências”. Para Oliveira (2001) as pesquisas qualitativas são definidas pela necessidade de pesquisa sobre a situação específica para serem estabelecidas conclusões sobre determinada situação.

Pelo fato deste trabalho buscar os dados específicos de uma organização, este caracteriza-se como sendo um estudo de caso, onde as informações originadas pelo estudo, podem servir como balizador para estudos futuros em organizações semelhantes no mercado. Para Silva (2008), a principal característica do estudo de caso é o seu estudo em profundidade de

um ou poucos fatos, o que serve de crítica em virtude da não possibilidade de generalização dos resultados.

2.2 DADOS COLETADOS

Entende-se como crucial a descrição dos dados coletados, que servem de base para a realização desse trabalho, objetivando o esclarecimento do objetivo com a análise. O principal instrumento de coleta de dados utilizado foi a documentação indireta.

No primeiro momento para a elaboração da matriz utilizou-se a pesquisa bibliográfica, com o intuito de estruturar a base e os indicadores que serviram de base para coletar os dados, principalmente através dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, observando os pronunciamentos constantes na NBC TG 1000 que fala sobre os pronunciamentos para Pequenas e Médias Empresas, segundo Severino (2007,p.122) “pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores” e para Gil (2009) a pesquisa bibliográfica provem de material já publicado, e no segundo momento, foi utilizado o pesquisa documental que utilizou-se as demonstrações financeiras da empresa em estudo dos anos de 2009 a 2011, para servir de base das projeções simuladas dos dados que sofreriam influência nos itens de Estoques. Severino (2007) relata que a pesquisa documental, parte de um pressuposto mais amplo, a partir do qual o pesquisador foca o desenvolvimento de sua investigação e análise, enquanto Gil (2009, p. 29) complementa “a pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc”.

As demonstrações contábeis foram disponibilizadas pelo responsável da empresa, que nesse momento demonstrou os principais fatores que influenciaram as drásticas mudanças ocorridas no cenário 2009-2010, tanto no cenário econômico como no cenário tributário. E para a realização da simulação apurou-se todas as compras de um determinado produto (batata rosa) no período de janeiro de 2009, que totalizaram 7 compras no período, e as saídas que foram 3547 documentos emitidos, agrupados por data, constantes no anexo PEPS, CMPF, CMPV.

De posse das demonstrações e das informações foram elaboradas planilhas no software Microsoft Excel, que permitiram a elaboração das estruturas para as análises. Foi utilizado o software DBDESIGNER para realizar a criação dos comandos SQL – *Structur Query Language*. Sendo que a utilização desses softwares, ocorreram, pois, o Microsoft Excel é de grande utilização no mercado e o software DBDESIGNER é gratuito.

2.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Na análise e interpretação dos dados, dois processos distintos se inter-relacionam, num primeiro processo ocorreu após a estruturação dos campos da matriz que recebem os dados e no segundo momento a simulação das alterações desses valores nas demonstrações contábeis com o intuito de verificar as alterações nos resultados.

Nesse estudo utiliza-se o método de abordagem dedutivo, onde se parte dos pronunciamentos para o preenchimento dos dados da matriz, onde segundo Lakatos e Marconi (2007) método dedutivo é aquele se parte de teorias e leis que predizem a ocorrência de determinados fenômenos, e para a análise utiliza-se o método comparativo que faz a comparação entre os resultados existentes com os projetados através da simulação, segundo Lakatos e Marconi (2007), se utiliza do método comparativo é utilizado para realizar comparações do presente e do passado, bem como verificar similitudes e explicar divergências.

Em razão disso a matriz estará disposta na forma de planilha e na forma de modelo SQL para a futura aplicação em sistemas de informação integrados, com os dados simulados para realizar a validação das informações.

2.4 APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

A empresa inicialmente foi fundada em 22 de maio de 1978, através dos sócios, Sérgio Weber e Rudy Grenzler. As atividades iniciaram em Três de Maio – RS, à Rua Horizontina, nº 951, tendo como foco principal à comercialização de frutas e verduras, com varejo e atacado. Em 1º de agosto de 1978 a empresa passou a ter a razão social de Grenzler & Weber Ltda.

O capital social da empresa iniciou com Cr\$ 30.000,00 foi alterado para Cr\$ 800.000,00 na data de 10 de setembro de 1979, contendo cada sócio 50% das quotas partes. Em 10 de setembro de 1979 o ramo de atividade passa a ser SUPERMERCADO. O capital social sofreu nova alteração em 16 de fevereiro de 1981, para Cr\$ 1.240.000,00, permanecendo 50% das quotas partes para cada associado. Em 1º de março de 1981 a sociedade abriu uma filial na Av. Uruguai, 518 na mesma cidade, que também se dedicaria ao ramo de supermercado. Em maio de 1982 a filial situada à Av. Uruguai, 518 passou a funcionar à Rua Horizontina nº 1589, na mesma cidade. No início do ano de 1991, O Sr. Rubi Abrão ficou sabendo da venda do Supermercado Tem Tem e, então, juntamente com seu futuro sócio, o Sr. Paulo Rubem Kochhann, foram amadurecendo a ideia da compra do supermercado. O Sr. Rubi, trabalhou durante 12 anos em uma loja de departamentos, enquanto o Sr. Paulo trabalhava numa

empresa de matérias de construção. Com o levantamento do capital para a aquisição da empresa, foi fechado o negócio em 1º de abril daquele ano. O Sr. Rubi Abrão assumiu a nova empresa enquanto o Sr. Paulo continuou trabalhando na empresa de matérias de construção.

Assim a empresa anteriormente denominada Grenzel & Weber Ltda, doravante chamar-se-ia ABRÃO & KOCHHANN LTDA, mantendo o nome fantasia SUPERMERCADO TEM TEM. No início eram 6 funcionários, sendo que as mercadorias eram abastecidas por atacados de Santa Rosa – RS, de onde eram buscadas todas as manhãs. Com o desenvolvimento, se fez a necessidade da expansão, assim em meados de 1994, a empresa transferiu-se e começou a construção de sua sede própria, junto a Rua Horizontal, 1313, onde está localizada até hoje. A área de um mil e oitocentos metros, foi inaugurada em 16/11/1995. Em 1998, o Super Tem Tem, melhorou o estacionamento e automatizou o controle de estoques, vendas, contas a pagar e receber. Em 1999 foi realizada a cobertura do estacionamento e a construção da área reservada à padaria, que primeiramente foi terceirizada em 1999, sendo que em fevereiro de 2001, a produção começou a ser própria. No ano de 2002, com o falecimento do Sr. Rubi Abrão, sua esposa a Sra. Rosa Maria Kochhann Abrão, assumiu as quotas e juntamente com seu irmão, o Sr. Paulo gerenciam a empresa até hoje.

Atualmente a empresa conta com mais de 60 colaboradores e conforme a revista SUPERHIPER, da Associação Brasileira de Supermercados na 280ª posição com faturamento anual superior a R\$ 8.000.000,00 (Oito milhões de reais) no ano de 2006.

3 DESENVOLVIMENTO PRÁTICO

Com o intuito de se atingir os objetivos propostos por esse trabalho, no primeiro momento, realiza-se a análise dos resultados contábeis na empresa através da DRE, no segundo momento, demonstra-se o modo como utiliza-se os critérios de avaliação de estoques, e no terceiro momento demonstra-se a estruturação da matriz bem como a forma que ela impacta no resultado da DRE.

3.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS CONTÁBEIS SEM AS ORIENTAÇÕES DO COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

A forma como as demonstrações contábeis são, usualmente tratadas no Brasil, tem o enfoque específico de atendimento ao fisco, apesar desse enfoque, é possível obter informações gerenciais importantes para a tomada de decisões da empresa.

A empresa Abrão & Kochhann Ltda, é uma empresa enquadrada na modalidade de lucro real, e possui como atividade principal o comércio de produtos alimentícios, no atacado e varejo e a empresa utiliza o método de custo médio para apropriação dos custos.

Realizando a análise da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, tendo como base os períodos de 2009 a 2011, pode-se ter um entendimento preciso das movimentações da empresa e a perspectiva dos resultados eminentes. A estrutura das DRE, são compostas de Receita Operacional Bruta, Custos Operacionais, Despesas Operacionais, Resultado do Exercício.

Observada as informações constantes na receita operacional bruta, temos as vendas que representam a comercialização dos produtos oferecidos pela empresa. As vendas são contabilizadas como vendas à vista e vendas a prazo. As vendas à vista, são resultantes das operações realizadas com pagamentos em dinheiro, cheque à vista, cheque a prazo (prazo padrão 30 dias), cartões de crédito (prazo médio 30 dias), cartões de debito (credito em 1 dia), ticket e vale compras. As vendas a prazo são resultantes das operações realizadas através de convênios firmados entre empresas e pessoas físicas, sendo que o recebimento das vendas ocorre entre 10 a 15 dias após o fim do mês anterior das vendas. Pode-se ver conforme a figura 1 a variação das receitas no decorrer do período, verificando que ocorreu um declínio de mais de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) no período de 2009 para 2010 e uma pequena retomada no período no período 2010 a 2011.

Figura 1: Descrição da receita operacional

DESCRIÇÃO		2009	2010	2011
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	=	12.636.210,08	9.373.095,33	9.454.020,65
Receita Bruta da Atividade	=	12.636.210,08	9.373.095,33	9.454.020,65
Vendas	=	12.636.210,08	9.373.095,33	9.454.020,65
Vendas a Vista	+	9.765.501,21	7.049.423,72	7.054.477,51
Vendas a Prazo	+	2.870.708,87	2.323.671,61	2.399.543,14

Fonte: Elaboração dos autores.

A redução de 25,82%, conforme pode-se verificar na figura 2, ocorreu em virtude da entrada de uma nova empresa de grande porte na comercialização de produtos alimentícios. Historicamente no cenário do município de Três de Maio – RS, existiam três grandes empresas no ramo de comercialização de produtos alimentícios, sendo que em no ano anterior, uma dessas empresas encerrou suas atividades, o que ocasionou um aumento nas vendas que chegou ao faturamento no patamar do ano de 2009, sendo que essa nova empresa iniciou suas atividades no final do segundo semestre de 2009. O que resultou na redução dos valores comercializados no período de 2010.

Figura 2: Comparativo da variação das vendas



Fonte: Elaboração dos autores.

Conforme demonstra a figura 2, a redução das vendas à vista no período de 2009 – 2010 foi de 27,81% e de 19,06 % nas vendas a prazo. Isso indica que os clientes que possuíam convênios e os que compravam a vista migraram para outros mercados. O crescimento existente na variação 2010-2011 de 0,07% nas vendas à vista e de 3,27% nas vendas a prazo não necessariamente caracterizam a retomada de mercado, pois essa variação pode ser motivada em parte pelo aumento do custo e conseqüentemente do preço de venda das mercadorias nos períodos estudados, mas demonstra que não houve uma queda sequencial no período que se seguiu, ocorrendo a movimentação do mercado de livre concorrência.

Quando se observa as Devoluções da Receita Bruta, sendo essas oriundas das devoluções de vendas, que consistem nas compras realizadas pelos clientes e que equivocadamente, quer seja pela compra de produtos trocados ou seja pelo cancelamento da compra total, são emitidas notas de devolução pela empresa, e essa mercadoria retorna aos estoques e é entregue aos clientes vale compras, para que realizem novas compras, a figura 3 demonstra a variação desse redutor nas vendas.

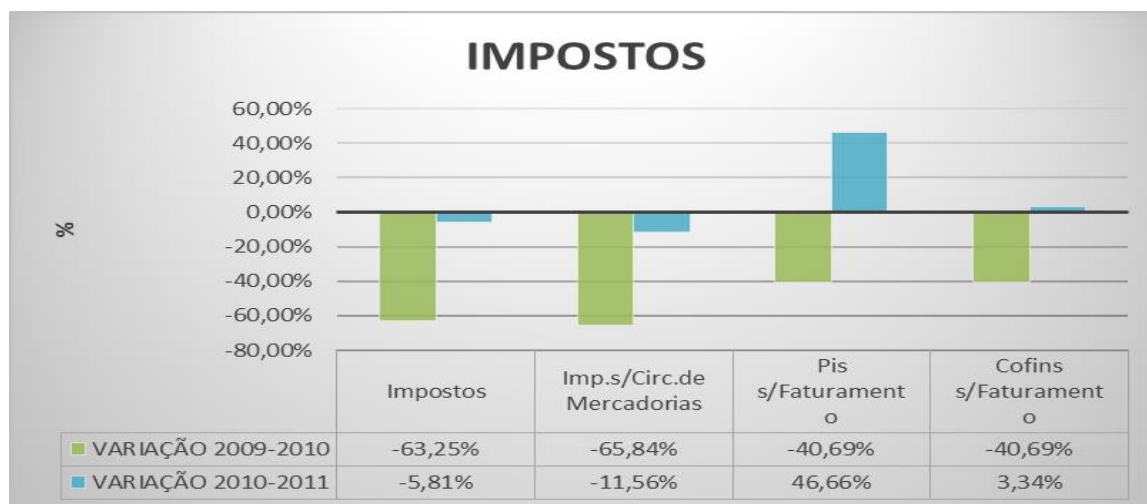
Figura 3: Deduções de receita bruta

DESCRIÇÃO		2009	2010	2011
Deducoes da Receita Bruta	=	- 1.025.096,22	- 402.317,60	- 372.042,22
Vendas Canceladas	=	- 46.222,39	- 42.598,41	- 33.237,42
Devolucoes de Vendas	-	46.222,39	42.598,41	33.237,42
Impostos	=	- 978.873,83	- 359.719,19	- 338.804,80
Imp.s/Circ.de Mercadorias	-	785.774,38	268.432,52	237.413,89
Pis s/Faturamento	-	27.454,91	16.283,54	23.881,26
Cofins s/Faturamento	-	126.458,96	75.003,13	77.509,65
PAES	-	39.185,58		

Fonte: Elaboração dos autores.

Quando se observa o item impostos, nesse encontram-se os itens de impostos não cumulativos, ou seja, aqueles que a empresa credita o valor na compra e na saída efetua o pagamento desse tributo, podemos ver como demonstra a figura 4, uma redução na variação 2009-2010 de 63,25% nos impostos gerais.

Figura 4: Impostos



Fonte: Elaboração dos autores.

Uma das variações mais significativas que ocorreram na variação 2009-2010 foi no imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS – RS), que teve uma redução de 65,84%, que representou mais de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), essa ocorreu em virtude de que com uma alteração no Regulamento do ICMS do Rio Grande do Sul (RICMS – RS), que tornou grande parte dos produtos comercializados pela empresa em produtos sujeitos

a substituição tributária, o que significa que esse ICMS, passou a ser cobrado na fonte e não mais no ponto final do processo.

A variação que ocorreu no PIS e na Cofins sobre o faturamento também percentualmente foi significativa no período 2009-2010 chegando a 40,69%, mas em questão de valores juntas não atingiram R\$ 100.000,00 (Cem mil reais). Através da Figura 5, podemos ter uma visão da receita operacional líquida, a receita bruta no exercício 2009-2010 teve uma redução de R\$ 3.263.114,75 e a receita operacional líquida teve uma redução de R\$ 2.640.336,13.

Figura 5: Análise das receitas

DESCRIÇÃO		2009	2010	2011
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	=	12.636.210,08	9.373.095,33	9.454.020,65
Receita Bruta da Atividade	=	12.636.210,08	9.373.095,33	9.454.020,65
Vendas	=	12.636.210,08	9.373.095,33	9.454.020,65
Vendas a Vista	+	9.765.501,21	7.049.423,72	7.054.477,51
Vendas a Prazo	+	2.870.708,87	2.323.671,61	2.399.543,14
Deducoes da Receita Bruta	= -	1.025.096,22	402.317,60	372.042,22
Vendas Canceladas	= -	46.222,39	42.598,41	33.237,42
Devolucoes de Vendas	-	46.222,39	42.598,41	33.237,42
Impostos	= -	978.873,83	359.719,19	338.804,80
Imp.s/Circ.de Mercadorias	-	785.774,38	268.432,52	237.413,89
Pis s/Faturamento	-	27.454,91	16.283,54	23.881,26
Cofins s/Faturamento	-	126.458,96	75.003,13	77.509,65
PAES	-	39.185,58		
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	=	11.611.113,86	8.970.777,73	9.081.978,43

Fonte: Elaboração dos autores.

A figura 6, demonstra a variação percentual da receita líquida, onde pode-se verificar o impacto das variações ocorridas em todos os itens que a compõe. Receita líquida é definida como receita bruta onde se deduz as vendas canceladas, descontos concedidos e impostos incidentes sobre as vendas (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Figura 6: Análise da variação da receita operacional líquida



Fonte: Elaboração dos autores.

Pode-se observar, que apesar da receita operacional bruta ter tido um desempenho negativo de 25,82% no período 2009-2010 a receita operacional líquida teve uma redução de 22,74%, essa redução foi menor em virtude da alta redução no valor dos impostos, que foram no 63,25%. Observado isso, verifica-se a importância do mercado nos negócios das empresas e também a participação do governo através de suas políticas tributárias, podem diretamente influenciar no resultado operacional dos negócios.

Os Custos Operacionais, referem-se nos custos decorrentes do processo operacional da organização. A empresa em estudo caracteriza-se pela comercialização de produtos, apesar de possuir padaria própria, a contabilização desses produtos produzidos é realizada pelo custo das suas matérias primas utilizadas na fabricação e a mão de obra é alocada como despesa.

O Custo das Mercadorias Vendidas, corresponde ao estoque inicial + compras (à vista e a prazo) + fretes sobre as compras – as compras canceladas (devolução de compras) – ICMS s/ compras – Estoque Final.

O estoque inicial refere-se ao estoque resultante do final do exercício anterior. As compras à vista são as compras que são pagas ou em dinheiro ou em cheques quer sejam à vista ou no prazo ou ainda em vale compras que os fornecedores utilizam nas compras que são realizadas no próprio mercado. Os fretes são custos incorridos das compras efetuadas. As compras canceladas (devolução de compras), são as compras que não procedem com os pedidos realizados pela empresa ou de produtos vencidos ou sem condições de uso que são remetidos de volta aos fornecedores, podendo os valores serem restituídos de forma financeira ou substituídos por outros produtos. O ICMS, refere-se ao crédito oriundo das compras de mercadorias tributadas. O estoque final refere-se ao saldo final dos estoques no final do exercício.

Figura 7: Análise dos custos operacionais

DESCRIÇÃO		2009	2010	2011
CUSTOS OPERACIONAIS	= -	9.254.695,70	- 6.882.939,29	- 7.321.493,34
Custo das Mercadorias Vendidas	= -	9.254.695,70	- 6.882.939,29	- 7.321.493,34
Estoque Inicial	= -	315.899,50	- 294.966,79	- 661.480,16
Mercadoria em Estoque	-	315.899,50	294.966,79	661.480,16
Compras	= -	9.758.134,28	- 7.398.466,47	- 7.734.739,53
Compras a Vista	-	876.948,84	672.442,63	535.984,49
Compras a Prazo	-	8.800.562,82	6.646.545,42	7.144.786,53
Fretes s/Compras a Prazo	-	80.622,62	79.478,42	53.968,51
(-) Compras Canceladas	= -	31.100,92	- 18.836,28	- 21.379,36
Devolucao de Compras	-	31.100,92	18.836,28	21.379,36
(-) I.C.M. s/Compras	= -	493.270,37	- 130.177,53	- 144.284,75
I.C.M. s/Compras	-	495.717,64	130.177,53	144.284,75
Credito Presumido ICMS/ECF	+	2.447,27		
Estoque Final	= -	294.966,79	- 661.480,16	- 909.062,24
Mercadoria em Estoque	-	294.966,79	661.480,16	909.062,24

Fonte: Elaboração dos autores.

Conforme a figura 8, podemos verificar a variação das compras nos períodos em estudo, a diferença entre os créditos de ICMS no período teve uma redução maior em virtude da alteração da legislação fiscal e um aumento significativo no valor dos estoques no período de 2010 e 2011, observado os valores constantes na figura 7.

Figura 8: Análise % dos custos operacionais

DESCRIÇÃO	VARIAÇÃO 2009-2010	VARIAÇÃO 2010-2011
CUSTOS OPERACIONAIS	-25,63%	6,37%
Custo das Mercadorias Vendidas	-25,63%	6,37%
Estoque Inicial	-6,63%	124,26%
Mercadoria em Estoque	-6,63%	124,26%
Compras	-24,18%	4,55%
Compras a Vista	-23,32%	-20,29%
Compras a Prazo	-24,48%	7,50%
Fretes s/Compras a Prazo	-1,42%	-32,10%
(-) Compras Canceladas	-39,43%	13,50%
Devolucao de Compras	-39,43%	13,50%
(-) I.C.M. s/Compras	-73,61%	10,84%
I.C.M. s/Compras	-73,74%	10,84%
Estoque Final	124,26%	37,43%
Mercadoria em Estoque	124,26%	37,43%

Fonte: Elaboração dos autores.

Como visto na análise do ICMS sobre a venda, a mudança da política tributária, causa certos impactos diretamente nas contas. Com a redução do crédito do ICMS na compra o valor das compras foi aumentado pela incorporação do custo da substituição tributária ao custo dos produtos. Lembrando que ao custo do produto incorpora-se além do valor da mercado-

ria + impostos não recuperáveis (Substituição Tributária + IPI+ ODA+ Frete (incluído na nota fiscal)).

Tendo em vista que a substituição tributária é um valor que está incorporado ao custo das mercadorias, onde o agente tributário estipula a margem de lucratividade que é prevista para aquele produto e a “indústria” ou o “importador” incluem na cobrança dos produtos, conforme demonstra a figura 9.

Figura 9: Exemplo do cálculo do custo e custo com S.T.

		PRODUTO TRIBUTADO	PRODUTO SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
a)	VALOR PRODUTO	100,00	100,00
b)	ALÍQUOTA ICMS	17,00%	17,00%
c)	VALOR ICMS (a*b)	17,00	17,00
d)	% MVA		48,00%
e)	BASE CALC. ST. (a+(a*d))		148,00
f)	ALÍQUOTA ICMS		17%
g)	VALOR ICMS C/ SUBS. (e*f)		25,16
h)	VALOR SUBST. TRIB (g-c)		8,16
i)	VALOR CUSTO PRODUTO (a-c) (a+h)	83,00	108,16

Fonte: Elaboração dos autores.

Tendo por base a exemplificação da figura 9, pode-se verificar a manutenção do custo das mercadorias vendidas com uma acompanhando a redução das vendas no período 2009-2010, não necessariamente que a incorporação da substituição tributária tenha sido fator predominante, mas é a indicativa observando a variação dos custos das mercadorias vendidas. No caso da comparação 2010-2011 verifica-se um aumento no CMV de 6,37% e no estoque final de 37,43%, o que pode representar que a empresa investiu em mercadorias para revenda.

Conforme pode-se verificar na figura 10, onde temos a receita operacional bruta, descontada as deduções da receita bruta temos a receita operacional líquida, descontado os custos operacionais, que consiste do CMV, temos o lucro operacional bruto.

Figura 10: Apuração do lucro operacional bruto

DESCRIÇÃO		2009	2010	2011
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	=	12.636.210,08	9.373.095,33	9.454.020,65
Deducoes da Receita Bruta	= -	1.025.096,22	402.317,60	372.042,22
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	=	11.611.113,86	8.970.777,73	9.081.978,43
CUSTOS OPERACIONAIS	= -	9.254.695,70	6.882.939,29	7.321.493,34
Custo das Mercadorias Vendidas	= -	9.254.695,70	6.882.939,29	7.321.493,34
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	=	2.356.418,16	2.087.838,44	1.760.485,09

Fonte: Elaboração dos autores.

Como pode-se observar na figura 11, apesar da redução da receita operacional bruta ter tido uma queda significativa nos períodos 2009-2010 o lucro operacional bruto não destoou com a mesma significância tendo uma redução de 11,40% conforme demonstra a figura 10.

Figura 11: Variação do lucro operacional bruto



Fonte: Elaboração dos autores.

No período 2010-2011 ocorreu uma diminuição de 15,68% conforme demonstra a figura 10 mesmo com a receita bruta tendo uma variação de 0,86 % e os custos operacionais um acréscimo de 6,37%, mas deve-se levar em conta um acréscimo em relação ao período 2009-2010 de 37,43% nos estoques finais do período, o que representa uma mudança de posição da empresa onde reduz a lucratividade em detrimento dos estoques.

As Despesas Operacionais, consiste em todas as despesas que a empresa possui no intuito de realizar as suas operações quer sejam elas despesas administrativas como demonstrado na figura 12.

Figura 12: Despesas administrativas

Despesas Administrativas	Despesas com Seguros
Despesas Diversas	Fretes e Carretos
Pro-Labore	Despesas com Limpeza
Salarios e Ordenados	Depreciaco es
Decimo Terceiro Salario	Contribuiç ões e Doaç ões
Assistencia aos Empregados	Jornais e Revistas
Rescisao de Trabalho	Impostos e Taxas
Gratificaco es	Multas
Despesas com INSS	Bens de Pequeno Valor
Despesas com FGTS	Material de Informatica
Abono Salarial	Desp.c/Curso p/Treinamento
Bolsa Auxiliar de Estagio	Assistencia Medica c/Unimed
Seguro Acidentes no Trabalho	Reclamatoria Trabalhista
Curso Jovem Aprendiz	Servicos de Terceiros
Honorarios	Propaganda e Publicidade
Despesas com Veiculos	Material de Embalagem
Despesa com Viagens	Material de Consumo
Material de Expediente	Manutencao Progr.Computacao
Agua, Luz e Telefone	Utensilios de Cozinha
Consertos e Conservacao	
Despesas com Aluguel	

Fonte: Elaboração dos autores.

As despesas administrativas tiveram em sentido inverso da receita operacional bruta um acréscimo de 1,28% no período de 2009-2010 e um acréscimo de 1,55% no período 2010-2011, o que demonstra que a empresa não reduziu suas despesas.

As despesas financeiras, conforme demonstra a figura 13, são despesas que tem sua origem principalmente nas transações bancárias, e nas operações existentes com as operadoras de cartões de crédito. As transações com as operadoras de cartões de crédito, dividem –se em encargos c/cartão que representa as taxas cobradas pelo serviço, que variam de 2% a 5% dependendo da operadora e da transação efetuada, encargos que envolve o DOC – que consiste na taxa de transferência de valores entre instituições financeiras e os encargos referentes as manutenções, que consiste no aluguel das maquinas ou serviço de intermediação via TEF.

Figura 13: Despesas financeiras

Despesas Financeiras	Encargos c/cartao TICKET - DOC
Despesas Bancarias	Encarg.c/cartao GOODCARD/Manut
Despesas Financeiras	Enc.c/cartao VERDECARD/Manut.
Juros e Descontos	Enc.c/cartao BANRICOMPRAS/Man.
Encargos c/cartao VISANET	Encarg.c/cartao SODEXO/Manut.
Encargos c/cartao BANRICOMPRAS	Encarg.c/cartao VR/Manutencao
Encargos c/cartao REDECARD	Encarg.c/cartao TICKET/Manut.
Encargos c/cartao GREEN CARD	Enc.c/cartao REDECARD/Manuten.
Encargos c/cartao SODEXO	Encargos c/cartao REDESHOP
Encargos c/cartao VR	Encarg.c/cartao GREENCARD DOC
Encargos c/cartao TICKET	Encar.c/cartao VISA ELECTRON
Encargos c/cartao VISA VALE	Despesas com Devolucao
Encargos c/cartao GOOD CARD	Despesas Cartao Refeisol
Encargos c/cartao VERDE CARD	Encargos c/Cartao Sicredi
Enc.c/cartao BANRICOMP.TX.LIGA	Enc.c/Cartao Sicredi c/Manut.
Encarg.c/cartao GOOD CARD-DOC	
Encar.c/cartao VISA VALE - DOC	
Encargos c/cartao SODEXO - DOC	
Encargos c/cartao VR - DOC	

Fonte: Elaboração dos autores.

Conforme se observa nos anexos A, B e C, que são as demonstrações contábeis dos períodos em estudo, quase todos os encargos com cartões de crédito tiveram redução, mas os itens que chamam atenção são os de despesas financeiras que tiveram um acréscimo de 306,04% no período 2009-2010 e um acréscimo de 107,32% no período 2010-2011. Conforme podemos verificar na figura 13 as despesas operacionais evoluíram 2,21% no período 2009-2010 e 3,76% no período 2010-2011.

Figura 14: Resumo da análise das DREs

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	12.636.210,08	9.373.095,33	9.454.020,65
Deducoes da Receita Bruta	- 1.025.096,22	- 402.317,60	- 372.042,22
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	11.611.113,86	8.970.777,73	9.081.978,43
CUSTOS OPERACIONAIS	- 9.254.695,70	- 6.882.939,29	- 7.321.493,34
Custo das Mercadorias Vendidas	- 9.254.695,70	- 6.882.939,29	- 7.321.493,34
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	2.356.418,16	2.087.838,44	1.760.485,09
DESPESAS OPERACIONAIS	- 1.583.799,29	- 1.618.807,93	- 1.679.726,50
RESULTADO OPERACIONAL	772.618,87	469.030,51	80.758,59
RESULTADO DO EXERCÍCIO	772.618,87	469.030,51	80.758,59
LUCRO LÍQUIDO (Antes Contr.Social)	772.618,87	469.030,51	80.758,59
Provisao da Contr.Social	69.574,44	42.214,01	7.313,10
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO (Antes IR)	703.044,43	426.816,50	73.445,49
Provisao p/Imposto de Renda	169.262,35	93.261,15	12.188,51
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO (APÓS IR)	533.782,08	333.555,35	61.256,98

Fonte: Elaboração dos autores.

Conforme a figura 14 demonstra o lucro líquido após os exercícios vem diminuindo de forma significativa, parte em virtude a queda das receitas operacionais que ocorreram de forma equivalente, mas também na não capacidade da empresa em reduzir suas despesas operacionais e do seu investimento em estoques.

3.2 POLÍTICAS CONTÁBEIS PREVISTAS NA NBC TG 1000 PARA ESTRUTURAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O processo de estruturação das políticas contábeis previstas na NBC TG 1000, que trata sobre os estoques vem do alinhamento proposto pelo CPC (CPC 16) em sintonia com o IASB (IAS 2) sendo descrito a seção 13 da NBC TG 1000.

A entidade deve avaliar o custo de estoques, outros além daqueles já tratados no item 13.17, usando o primeiro a entrar, o primeiro a sair (PEPS ou FIFO), ou o método do custo médio ponderado. A entidade utiliza o mesmo método de avaliação do custo para todos os estoques que tenham natureza e uso similar para a entidade. Para estoques com natureza ou uso diferente, métodos de custo diferentes podem ser justificados. O método último a entrar primeiro a sair (UEPS ou LIFO), não é permitido por essa Norma. (BRASIL, 2009a).

Um dos critérios de avaliação dos estoques está previsto no item 13.18 da NBC TG 1000, que consiste no método PEPS. Esse método consiste em considerar os custos dos produtos conforme o fator histórico que eles venham a ocorrer dentro da organização

Segundo Iudicibus *et al.* (2010), para o método PEPS, a medida que ocorrem as primeiras vendas, ocorrem as baixas nas primeiras compras, assim consome-se os primeiros itens

comercializados pela entidade. “O critério PEPS (Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair) pressupõe que os itens de estoque que foram comprados ou produzidos primeiro sejam vendidos em primeiro lugar e, conseqüentemente, os itens permanecerem em estoque no fim do período sejam os mais recentes comprados ou produzidos” (SOBRINHO, 2010, p.79).

Observado esse critério de avaliação pode-se visualizar o processo seguindo a premissa demonstrada na figura 15, onde temos o estoque com o saldo inicial 886,996 KG e o custo de R\$ 0,96 onde a primeira entrada ocorrerá no dia 05/01/2009 ao custo de R\$ 0,90, sendo que a venda realizada no dia 06/01/2009 de 58,845 KG é realizada ao custo de R\$ 0,96 e somente após essa venda é zerado o estoque do valor de R\$ 0,96 e começa a comercialização ao custo de R\$ 0,90.

Pode-se verificar que apesar das compras serem efetuadas em determinadas datas, na figura 15 o custo das saídas não se modifica de imediato, o que é a característica do método PEPS, onde a mudança do reconhecimento do custo ocorre somente quando se extingue o estoque de determinado preço e posteriormente ocorre a adoção do novo valor.

Figura 15: Demonstração PEPS

DATA	COMPRAS	VENDAS	SALDO	CUSTO	DATA	COMPRAS	VENDAS	SALDO	CUSTO
01/01/2009			887,00	0,96	19/01/2009	384,000			0,92
02/01/2009		260,730	626,27	0,96	19/01/2009		236,504	-	0,92
03/01/2009		318,167	308,10	0,96	19/01/2009		21,935	698,065	0,94
04/01/2009				0,96	20/01/2009		218,820	479,245	0,94
05/01/2009		249,254	58,85	0,96	21/01/2009		254,557	224,688	0,94
05/01/2009	972,000			0,90	22/01/2009		179,519	45,169	0,94
06/01/2009		58,845	-	0,96	22/01/2009	2400,000			0,80
06/01/2009		198,831	773,17	0,90	23/01/2009		45,169	-	0,94
07/01/2009		325,914	447,26	0,90	23/01/2009		384,000	-	0,92
08/01/2009	943,000			1,04	23/01/2009		188,701	2.211,299	0,80
08/01/2009		270,458	176,80	0,90	24/01/2009		142,958	2.068,341	0,80
09/01/2009		176,797		0,90	24/01/2009		556,099	1.512,242	0,80
09/01/2009		231,628	711,37	1,04	25/01/2009			1.512,242	0,80
10/01/2009		525,466	185,91	1,04	26/01/2009		161,349	1.350,893	0,80
11/01/2009			185,91	1,04	27/01/2009		153,918	1.196,975	0,80
12/01/2009	1453,000			0,92	28/01/2009		505,258	691,717	0,80
12/01/2009		179,451	6,45	1,04	29/01/2009	720,000			0,94
13/01/2009		6,455	-	1,04	29/01/2009		278,408	413,309	0,80
13/01/2009		182,174	1.270,83	0,92	30/01/2009		367,114	46,195	0,80
14/01/2009		245,803	1.025,02	0,92	31/01/2009		46,195	-	0,80
15/01/2009	720,000			0,94	31/01/2009		393,777	326,223	0,94
15/01/2009		238,217	786,81	0,92	TOTAL COM/VEN	7592,000	8152,773	326,223	
16/01/2009		185,203	601,603	0,92			SALDO KG	326,223	
17/01/2009		365,099	236,504	0,92					
18/01/2009			236,504				SALDO R\$	306,65	

Fonte: Elaboração dos autores.

Conforme pode-se verificar na figura 15, o processo de custos dos estoques no final de cada saldo com valor ocorre a apropriação de dois custos nas vendas no mesmo dia como pode-se observar no dia 05, ou como verifica-se no dia 08 que existe a compra pelo valor de R\$ 1,04 mas não existe a venda por esse valor e sim pelo valor do produto remanescente de R\$ 0,90. Ao final do período em estudo podemos verificar que o saldo físico 326,233 kg está totalmente apropriado ao valor de R\$ 0,94 o que totaliza um saldo financeiro desse produto de R\$ 306, 65.

A utilização do custo médio ponderado se dá a partir da média ponderada dos custos dos itens semelhantes ou iguais no começo dos períodos em estudo, essa média pode ser definida através de uma base periódica ou de cada lote (SOBRINHO, 2010).

Segundo Iudícibus, a legislação brasileira aceita a média ponderada móvel, que obtém um novo preço médio a cada nova entrada, entretanto a média ponderável fixa não é aceita no exercício anual, sendo somente aceita em período mensais (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Tomando como base as informações de entrada e saída, para ter-se uma visão mais clara do entendimento da utilização do custo médio ponderado, pode-se ter como exemplo a figura 16.

Figura 16: Custo médio ponderado fixo

DATA	ENTRADA	SAIDA	SALDO	CUSTO	COMPRA	DATA	ENTRADA	SAIDA	SALDO	CUSTO	COMPRA
01/01/2009			886,996	0,96	851,52	19/01/2009	384,000	258,439	1.082,065	0,92	353,28
02/01/2009		260,730	626,266			20/01/2009		218,820	863,245		
03/01/2009		318,167	308,099			21/01/2009		254,557	608,688		
04/01/2009		-	308,099			22/01/2009	2.400,000	179,519	2.829,169	0,80	1.920,00
05/01/2009	972,000	249,254	1.030,845	0,90	874,80	23/01/2009		617,870	2.211,299		
06/01/2009		257,676	773,169			24/01/2009		699,057	1.512,242		
07/01/2009		325,914	447,255			25/01/2009		-	1.512,242		
08/01/2009	943,000	270,458	1.119,797	1,04	980,72	26/01/2009		161,349	1.350,893		
09/01/2009		408,425	711,372			27/01/2009		153,918	1.196,975		
10/01/2009		525,466	185,906			28/01/2009		505,258	691,717		
11/01/2009		-	185,906			29/01/2009	720,000	278,408	1.133,309	0,94	676,80
12/01/2009	1.453,000	179,451	1.459,455	0,92	1.336,76	30/01/2009		367,114	766,195		
13/01/2009		188,629	1.270,826			31/01/2009		439,972	326,223		
14/01/2009		245,803	1.025,023			SALDO FINAL				-	
15/01/2009	720,000	238,217	1.506,806	0,94	676,80		7.592,000	8.152,773	326,223		7.670,68
16/01/2009		185,203	1.321,603							CMPF	1,01
17/01/2009		365,099	956,504							VALOR SALDO	329,60

Fonte: Elaboração dos autores.

Como pode-se verificar na figura 16, o valor do Preço Médio – PM, é calculado levando em conta as quantidades que entraram na empresa, descontada as devoluções de compras, somadas ao estoque inicial ou saldo de abertura do período. As quantidades foram de (SALDO ANTERIOR+COMPRAS -DEVOLUÇÕES), que totalizou a quantidade de 7.592.000 kg e teve o valor financeiro de R\$ 7.670,68, o valor financeiro dividido pela quantidade de

produtos adquiridos chega-se um preço médio de R\$ 1,01. Como a teoria nos remete que o custo médio fixo não pode ser usado no balanço anual e somente no mensal, todas as movimentações de saídas terão como indicador de custo o valor médio apurado no período, no período em estudo verificou-se um saldo final de R\$ 329,60.

Partindo da mesma premissa proposta por Sobrinho, conforme a figura 17, verifica-se os resultados dos cálculos dos custos médio utilizando a posição variável. Isso significa que os cálculos são efetuados a cada nova entrada e adota-se esse valor no momento da comercialização do produto, somando-se os estoques existentes acrescido do valor e das quantidades dividindo-se o valor dos estoques pela nova quantidade presente, esse método é o método utilizado pela empresa para suas análises gerenciais.

Figura 17: Custo médio ponderado variável

DATA	ENTRADA	SAIDA	SALDO	C.COMPRAS	V. CMPV	SALDO	C. UNIT.	DATA	ENTRADA	SAIDA	SALDO	C.COMPRAS	V. CMPV	SALDO	C. UNIT.
01/01/2009			886,99600	0,96				19/01/2009	384,000	258,439	1.082,065	0,92			
02/01/2009		260,730	626,26600					20/01/2009		218,820	863,245				
03/01/2009		318,167	308,09900					21/01/2009		254,557	608,688		2.485,88	3.008,69	0,83
04/01/2009		-	308,09900					22/01/2009	2.400,000	179,519	2.829,169	0,80			
05/01/2009	972,000	249,254	1.030,84500	0,90	1.170,58	1.280,10	0,91	23/01/2009		617,870	2.211,299				
06/01/2009		257,676	773,16900					24/01/2009		699,057	1.512,242				
07/01/2009		325,914	447,25500		1.389,71	1.390,26	1,00	25/01/2009		-	1.512,242				
08/01/2009	943,000	270,458	1.119,79700	1,04				26/01/2009		161,349	1.350,893				
09/01/2009		408,425	711,37200					27/01/2009		153,918	1.196,975				
10/01/2009		525,466	185,90600					28/01/2009		505,258	691,717		1.248,32	1.411,72	0,88
11/01/2009		-	185,90600		1.522,59	1.638,91	0,93	29/01/2009	720,000	278,408	1.133,309	0,94			
12/01/2009	1.453,000	179,451	1.459,45500	0,92				30/01/2009		367,114	766,195				
13/01/2009		188,629	1.270,82600					31/01/2009		439,972	326,223				
14/01/2009		245,803	1.025,02300		1.629,08	1.745,02	0,93						-		
15/01/2009	720,000	238,217	1.506,80600	0,94				SALDO FINAL	7.592,000	8.152,773	326,22				
16/01/2009		185,203	1.321,60300							Saldo kg	326,22				
17/01/2009		365,099	956,50400							CMPV \$	0,88				
18/01/2009		-	956,50400		1.246,23	1.340,50	0,93			Saldo \$	288,46				

Fonte: Elaboração dos autores.

Observando os valores da figura 17, temos um estoque inicial de 886,996 kg ao valor custo médio de R\$ 0,96, quando se observa que a compra que ocorreu no dia 05/01 foi realizada ao custo de R\$ 0,90 e a coluna C. Unit. nós dá o custo médio de R\$ 0,91, e assim sendo a cada nova compra é atualizado o custo médio utilizado nas vendas e nas compras futuras.

Observa-se que existe uma diferença significativa entre os três modelos, na projeção realizada utilizando-se o método PEPS temos o custo unitário de R\$ 0,94, enquanto se utilizarmos o método do CMPF teremos o custo unitário de R\$ 1,01, que dá em relação ao método PEPS uma variação de 6,93% aproximadamente a mais na apropriação do custo. Se observarmos o CMPV teremos uma variação a menor, tendo em vista que o CMPV resultou em R\$

0,88 por KG, sendo assim a variação foi de aproximadamente 6,82% em relação ao método PEPS. Se observarmos a variação entre os métodos CMPF e CMPV teremos uma variação de 12,88% aproximadamente, tendo em vista que o CMPF é R\$ 1,01 por KG e o CMPV é de R\$ 0,88.

Sendo que se observa nas organizações uma busca constante na verificação de resultados reais que tragam uma postura de maior confiabilidade nos negócios, a possibilidade de utilizar ferramentas que transmitam essa transparência torna a empresa mais atrativa, pois demonstra a real forma de trazer seus resultados.

3.3 MATRIZ DE IMPACTO DOS RESULTADOS BASEADO NAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Observada a teoria e a legislação vigente, que versa sobre estoques, tem-se condições de iniciar o processo de elaboração da matriz de análise. É de fundamental importância que se faça um registro detalhado dos critérios de valoração do estoque, conhecido com memória de cálculo, a fim de no caso de uma auditoria ou necessidade de comprovação junto ao fisco, conseguir realizar a rastreabilidade das transações.

Para esse controle, propõe-se que seja utilizada uma planilha ou no caso ocorra uma modificação do arquivo de controle de inventário do sistema que a empresa utiliza, para que esse forneça os valores iniciais para os cálculos futuros, seguindo a estrutura da figura 18.

Figura 18: Estrutura do arquivo de inventário

I_CÓDIGO	I_QTD	I_DATA POS.	I_CUSTO	I_CMPV	I_CMPF	I_QTD_SLD_MPV	I_CM_SLD_MPV

Fonte: Elaboração dos autores.

Essa estrutura serve como visto no item 3.2 para armazenar os saldos iniciais para que se possa ter um valor de partida. Para fins de vínculos o campo código (I_CÓDIGO) é de fundamental importância, pois este gerencia o controle tanto dos estoques como das entradas e saídas dos produtos. Esse campo pode ser tanto do tipo numérico, preferencialmente inteiro, como do tipo *string* (*character*), variando de acordo com a sistemática utilizada pela empresa que desenvolve o sistema ERP que a empresa utiliza.

O campo I_QTD, refere-se à quantidade existente nos estoques na data do inventário, essa data corresponde a I_DATA POS., que representa a data de encerramento do mês anterior ou início do período em que se inicia os controles. O campo quantidade deve ser preferencialmente do tipo REAL, ou seja, aceita tanto, valores inteiros, como decimais, tendo em vista

que uma grande gama de produtos, existe o fracionamento das unidades. O campo I_DATA POS., deve utilizar o padrão DATA, que recebe valores do tipo data (ex. 01/04/2014).

O campo I_CUSTO, refere-se ao custo da mercadoria, descontado os valores de impostos recuperáveis, acrescidos dos impostos não recuperáveis e outras despesas. O campo I_CMPV (Custo Médio Ponderado Variável) e o I_CMPF, receberão os valores calculados por outras planilhas ou pelo sistema ERP da empresa, esses valores serão exemplificados no decorrer da estruturação da matriz. O campo I_QTD_SLD_MPV e I_CM_SLD_MPV, ambos do tipo REAL, receberão na geração da posição inicial do período o mesmo valor do I_QTD e I_CMPV, onde esses campos serão atualizados com a última posição para efeitos de cálculo atualizado.

Como sugestão de estrutura de utilização das metodologia utilizada, a instrução SQL para criação da tabela em um banco de dados é a seguinte: “CREATE TABLE Inventario (I_Código VARCHAR(16) NOT NULL AUTO_INCREMENT, I_Qtd FLOAT NOT NULL, I_DATAPOS. DATE NOT NULL, I_CUSTO FLOAT NOT NULL, I_CMPV FLOAT NOT NULL, I_CMPF FLOAT NOT NULL, I_QTD_SLD_MPV FLOAT NOT NULL, I_CM_SLD_MPV FLOAT NOT NULL);”, os campos possuem a nomenclatura “not null”, diz que esses campos não podem ficar sem valor. As empresas que desenvolvem sistemas de informação gerencial os conhecidos ERP, possuem algumas características, já incorporadas aos seus sistemas, sendo assim essa estrutura pode-se adaptar facilmente a metodologia utilizada pela empresa no desenvolvimento de suas ferramentas.

Figura 19: Lançamento de entradas

E_CÓDIGO	E_DATA LCTO	E_QTD	E_CUSTO	E_CMPV	E_CMPF	E_SLD

Fonte: Elaboração dos autores.

A figura 19 serve para complementar ou ajustar os campos do sistema ERP da empresa, fazendo com que as informações geradas fiquem registradas nos momentos em que ocorrerem as entradas de mercadorias.

Os campos E_CÓDIGO e E_DATA LCTO, servem para identificar o lançamento sendo o código do produto e a data em que ocorreu o lançamento. O campo E_QTD, refere-se à quantidade que entrou na empresa. O campo E_CUSTO, refere-se ao custo de entrada descontado os impostos recuperáveis acrescido das outras despesas não recuperáveis do produto.

O campo E_CMPV é calculado da forma que o saldo das quantidades (I_QTD_SLD_MPV) daquele item com o seu respectivo I_CM_SLD_MPV sejam acrescidos do E_QTD nas quantidades e o seu E_CUSTO, como representado na formula 1. O campo E_SLD, do tipo real, refere-se ao saldo em estoque daquela compra

Fórmula 1: Cálculo do Custo Médio Ponderado Variável

$$E_{CMPV} = ((I_{QTD_SLD_MPV} * I_{CM_SLD_MPV}) + (E_{QTD} * E_{CUSTO})) / (I_{QTD_SLD_MPV} + E_{QTD})$$

Fonte: Pinceta, Salla (2015).

Conseqüentemente, o campo I_QTD_SLD_MPV receberá o seu valor acrescido da quantidade de entrada e o campo I_CM_SLD_MPV receberá o novo valor do custo médio oriundo do cálculo executado pela fórmula da figura 20.

Como sugestão de estrutura de utilização da metodologia utilizada, a instrução SQL para criação da tabela em um banco de dados é a seguinte: “CREATE TABLE Entradas (E_CÓDIGO VARCHAR (16) NOT NULL AUTO_INCREMENT, E_DATA_LCTO DATE NOT NULL, E_QTD FLOAT NOT NULL, E_CUSTO FLOAT NOT NULL, E_CMPV FLOAT NOT NULL, E_CMPF FLOAT NOT NULL, E_SLD FLOAT NOT NULL);”, os campos possuem a nomenclatura “not null”, diz que esses campos não podem ficar sem valor

Figura 20: Lançamentos de saídas

S_CÓDIGO	S_DATA LCTO	S_QTD	S_CUSTO	S_CMPV	S_CMPF	S_PVENDA

Fonte: Elaboração dos autores.

Na figura 20, aborda-se a saída dos produtos, onde o campo S_CÓDIGO representa o código do produto, o campo S_DATA LCTO, representa a data do lançamento, o campo S_QTD representa a quantidade que está saindo da empresa, S_CUSTO representa o preço de custo (custo dos produtos – impostos recuperáveis + impostos não recuperáveis + outras despesas) que está previamente calculada no controle do produto, o campo S_CMPV receberá o valor constante no campo I_CM_SLD_MPV, o campo S_CMPF receberá o valor constante no campo I_CMPF e o S_PVENDA receberá o valor praticado pela empresa na comercialização do produto.

Para cálculo utilizando-se o sistema PEPS – Primeiro a entrar, Primeiro a Sair – o valor S_QTD, deverá diminuir a quantidade no campo E_SLD e considerar o custo do campo E_CUSTO.

O cálculo dos campos I_CMPF, E_CMPF e S_CMPF, que correspondem ao Custo Médio Ponderado Fixo, ocorrerá somente no final do mês em exercício, pois a média ponderada fixa corresponde ao valor médio dos valores das entradas do período acrescidas do valor inicial, conforme a fórmula 2 demonstra.

Fórmula 2: Cálculo dos valores da média ponderada fixa

$$I_{C_{MPF}}, E_{C_{MPF}}, S_{C_{MPF}} = ((\Sigma E_{QTD} * \Sigma E_{CUSTO}) + (I_{QTD} * I_{CUSTO})) / (\Sigma E_{QTD} + I_{QTD})$$

Fonte: Elaboração dos autores.

Como sugestão de estrutura de utilização das metodologia utilizada, a instrução SQL para criação da tabela em um banco de dados é a seguinte: “CREATE TABLE Saída (S_CODIGO VARCHAR (16) NOT NULL AUTO_INCREMENT, S_DATA_LCTO DATE NULL, S_QTD FLOAT NULL, S_CUSTO FLOAT NULL, S_CMPV FLOAT NULL, S_CMPF FLOAT NULL, S_PVENDA FLOAT NULL);”, os campos possuem a nomenclatura “not null”, diz que esses campos não podem ficar sem valor

Observada a estruturação da matriz, nas possibilidades propostas segundo as NBC TG 1000, dentro do proposto e sabendo que a empresa se utiliza do custo médio ponderável variável, vamos propor uma variação de 12,88% acréscimo no custo das mercadorias, seguindo a variação do exemplo tendo o custo médio ponderado fixo em relação ao custo médio ponderável variável. Na figura 21 podemos ver a rentabilidade utilizando os dados da empresa com o critério de custo médio variável.

Figura 21: Demonstração da rentabilidade realizada

DESCRIÇÃO		2009	2010	2011
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	=	12.636.210,08	9.373.095,33	9.454.020,65
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	=	11.611.113,86	8.970.777,73	9.081.978,43
CUSTOS OPERACIONAIS (CMV)	-	9.254.695,70	6.882.939,29	7.321.493,34
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	=	2.356.418,16	2.087.838,44	1.760.485,09
DESPEAS OPERACIONAIS	-	1.583.799,29	1.618.807,93	1.679.726,50
RESULTADO OPERACIONAL	=	772.618,87	469.030,51	80.758,59
% RESULTADO SOBRE R.O.B		6,11%	5,00%	0,85%

Fonte: Elaboração dos autores.

Observando a figura 21 vemos de forma clara a redução da rentabilidade no decorrer do tempo em virtude dos fatores já descritos no decorrer do trabalho em 2009 foi de 6,11% em 2010 foi de 5% e de 0,85% em 2011. Considerando a variação de 12,88 %, gerada na simulação com os dados do produto batata rosa, e considerando que essa variação se aplicaria a todos os produtos, a figura 22 demonstra como seriam os resultados se o estoque tivesse sido mensurado com outro critério e houvesse esse resultado, podendo ser a média ponderada fixa.

Figura 22: Realização da análise da rentabilidade utilizando a matriz

DESCRIÇÃO		2009	2010	2011
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	=	12.636.210,08	9.373.095,33	9.454.020,65
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	=	11.611.113,86	8.970.777,73	9.081.978,43
CUSTOS OPERACIONAIS (CMV)	-	10.446.700,51	7.769.461,87	8.264.501,68
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	=	1.164.413,35	1.201.315,86	817.476,75
DESPEAS OPERACIONAIS	-	1.583.799,29	1.618.807,93	1.679.726,50
RESULTADO OPERACIONAL	=	- 419.385,94	- 417.492,07	- 862.249,75
% RESULTADO SOBRE R.O.B		-3,32%	-4,45%	-9,12%

Fonte: Elaboração dos autores.

É possível verificar analisando de forma comparativa a figura 21 e 22 vemos uma redução de 6,11% para -3,32% em 2009 representando uma diferença de 9,43%, em 2010 temos uma redução similar girando em torno de 9,46% e em 2011 uma redução de 9,97%, sendo que caso a empresa tivesse adotado o método de custo médio ponderado fixo teria tido prejuízo nos exercícios anteriores.

O objetivo da matriz é justamente levantar qual é o real resultado da empresa, quer seja ela utilizando o critério PEPS, custo médio ponderado fixo, custo médio ponderado variável, tendo em vista que os critérios servem para demonstrar a real situação da empresa, e com a matriz é possível analisar qual cenário a empresa se enquadra tendo o melhor ou pior desempenho, mas sendo possível demonstrar ao empresário em tempo e com dados para que possa tomar a decisão correta.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na análise dos resultados contábeis da empresa, verifica-se de forma clara o impacto do cenário econômico nos resultados das organizações, pois uma redução nas receitas impacta diretamente no resultado final da empresa.

O que ocorreu com a empresa em estudo, foi a entrada de um novo *player*, na área de atuação o que resultou na diminuição de receita, o que seria prudente seria com a redução da receita e redução das despesas operacionais, o que acabou por não ocorrer, e sim ocorreu gradativamente um aumento dessas, o que representou uma redução na rentabilidade. Outra característica que se pode visualizar é o impacto das mudanças das políticas tributárias no cenário, como visto, a mudança de produtos tributados para produtos sujeitos ao regime de substituição tributária.

Essa mudança alterou de forma expressiva as deduções de receita bruta que variaram mais de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) do exercício de 2009 para 2010, mas podemos verificar que apesar dessa redução, essa mudança não influenciou significativamente o lucro operacional bruto, pois foi uma alteração de origem tributária, essa diferença, foi absorvida em parte pelo custo da mercadoria vendida, ocorrendo portanto, uma transferência de competência. Tornando necessária para a empresa uma análise de sua posição no mercado pois com as despesas operacionais de forma crescente, torna-se inviável a continuidade dos negócios.

Quando se analisa as políticas contábeis pode-se observar, que quando adotados critérios diferenciados existem resultados significativos ao final do processo. Visualiza-se de forma clara o impacto no resultado que a adoção de determinado método de avaliação traz para a empresa. O mais importante e o que trata as normas contábeis é a utilização do método que melhor reflete a real situação da empresa, assim trazendo clareza para os interessados nas demonstrações.

Quanto ao produto desse estudo, a matriz de análise, evidencia-se a aplicabilidade desta nos dois cenários, o primeiro é o de desenvolvimento de sistemas de informação, pois tanto a contabilidade fiscal como a contabilidade gerencial necessitam de dados para tomar as decisões, e a somente com a alimentação dos bancos de dados, será possível disponibilizar essas informações aos usuários finais. O segundo é o que as empresas ou usuários finais, podem favorecer-se dessas informações uma vez que elas demonstram uma diversidade de resultados e sendo assim o gestor tem condições de verificar qual a política que se enquadra melhor dentro da sua organização.

Observando os dados propostos no desenvolvimento prático, quanto a pergunta problema, se a utilização de uma matriz de análise de resultados com base nas normas internacionais de contabilidade poderá trazer opções de decisões para os gestores das organizações de pequeno e médio porte?, pode-se verificar conforme o item 3.3 que a matriz trouxe opções de decisão para os gestores tendo em vista que no processo simulado o gestor poderia optar por uma forma mais expressiva de resultado operacional, que seria atrativo para o mercado e para o fisco, ou uma posição mais conservadora onde uma oferta ao fisco de um lucro menor, traria um valor tributado menor, o que seria interessante para a empresa no que diz respeito a pagar um valor de tributo sobre o lucro menor.

Quanto ao objetivo geral deste projeto consiste na proposta de uma matriz de análise dos resultados nas pequenas e médias empresas, aplicando as normas internacionais de contabilidade, este foi atingido conforme o item 3.3 que após a estruturação dos dados da empresa e a simulação do resultado proposto mostrou um impacto significativo na análise da lucratividade da empresa.

No que tange o objetivo específico de analisar os resultados de uma empresa utilizando as informações contábeis, sem a utilização das orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, estes foram abordados no item 3.1 onde se demonstrou o posicionamento da empresa utilizando o custo médio ponderado variável e o impacto das mudanças da política fiscal na demonstração de resultado.

O objetivo de identificar as políticas contábeis previstas na NBC TG 1000 para estruturação das Demonstrações Contábeis para uma empresa de pequeno porte, estas foram identificadas conforme o item 3.2, onde foi possível verificar quais os preceitos aceitos pela norma para a mensuração dos estoques, e sua aplicabilidade para a geração de informações para tomada de decisão dos gestores através da exemplificação da variação dos dados.

No item 3.3 foi proposta a matriz de impacto dos resultados, produto deste trabalho, conforme a abordagem das normas Internacionais de Contabilidade para uma empresa de pequeno porte, que trouxe uma possibilidade de melhor avaliação dos resultados da empresa frente ao mercado.

Observado de forma contundente o resultado obtido com a matriz, fica evidente a divergência existente entre a contabilidade fiscal e a contabilidade gerencial, uma com o objetivo de atender o fisco e a outra com o objetivo de atender a todos os *stackholders*, e a possibilidade gerada através da alteração de políticas contábeis é crucial para uma melhor transparência e governança corporativa.

De uma forma geral o produto desse trabalho, a matriz de análise de resultados, demonstra sua importância de forma bastante precisa, nos dois pontos que ela se propõe. O primeiro é na forma de sua estrutura, que na descrição de sua aplicabilidade serve para as empresas que desenvolvem sistemas de informação gerencial, quer seja a nível comercial ou contábil, como base de estrutura de seus bancos de dados, para que essas informações armazenadas venham a alimentar relatórios gerenciais e informações contábeis. A adaptação da estrutura da matriz é condizente com a realidade das estruturas de desenvolvimento de sistemas o que possibilita uma melhora significativa na qualidade de seu produto final o software ERP.

Outro ponto de extrema importância, consiste na geração dos dados para as empresas que utilizam essas informações. No caso da empresa em estudo, o benefício seria no direcionador das suas posições e nos seus resultados, independente de ocorrer uma redução tributária ou não, o simples fato da interdependência dessas informações e a sua transparência propiciando a descrição da realidade operacional, é de enorme benefício tanto para os gestores como para investidores, bancos e outros interessados no desempenho da organização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pode verificar, as possibilidades de mensuração dos estoques e consequentemente dos custos das mercadorias vendidas tem um grande peso na rentabilidade da empresa.

Se a legislação permite a utilização de outros métodos para a apuração desses resultados, o por que não os utilizar, se eles demonstram a real situação da empresa?

Uma das principais restrições a utilização de diversos métodos é acompanhada do pronunciamento contábil CPC00 – estrutura conceitual, que relata que o custo para essa geração pode inviabilizar essa implementação. Para isso deixa-se como sugestão:

- Implementação junto a empresas desenvolvedoras de sistema de informação, a matriz ou a sua adaptação ao sistema existente.
- Estudos de outras políticas contábeis previstas na NBC TG 1000, e o desenvolvimento de outras matrizes que auxiliem as empresas a propiciar a geração de mais resultados para colaborar com as empresas.

Um estudo focando a implementação das outras políticas contábeis previstas na NBC TG 1000, de forma integrada com sistemas ERP, para dinamizar o processo de análise, trazem a economia como um todo, benéficas de forma extremamente abrangente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Manual prático de interpretação contábil da lei societária**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ALMEIDA, Reginaldo Sena de; PINHEIRO, Laura Edith Tsboada. **Mensuração das características qualitativas das demonstrações contábeis, sob a ótica dos profissionais de investimentos**. 2010. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/13semead/resultado/trabalhosPDF/996.pdf>>. Acesso em: 08 Ago. 2013.

ARAÚJO, Adriana Maria Procópio de; ASSAF, Alexandre. **Introdução à contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ATKINSON, Anthony A; *et al.* **Contabilidade gerencial**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

AZEVEDO, Osmar Reis. **Comentários às novas regras contábeis brasileiras**. São Paulo: IOB, 2008.

_____. **DFC e DVA: demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado**. São Paulo: IOB, 2008.

BATISTA, Luiz Rogério Sawaya. **Veja as turbulências e mudanças na lei das sociedades anônimas**. 2008. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2008-jan-29/veja_turbulencias_mudancas_lei_sa>. Acesso em: 08 Ago. 2013.

BERTI, Anélio. **Contabilidade e análise de Custos**. 3.ed. Curitiba, 2008.

BRASIL. CPC - COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. 2013. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/legislacao.php>> Acesso em: 08 Ago. 2013.

_____. **Instrução Normativa RFB nº 949 de 16/07/09**. 2009. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2009/in9492009.htm>>. Acesso em 08 Ago. 2013.

_____. **Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007**. 2007. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm> Acesso em 08 Ago. 2013.

_____. **Lei Nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976**. 1976. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1976/6404.htm>> Acesso em 08 Ago. 2013.

_____. **NBC TG 1000, aprovada pela Resolução CFC 1.255, de 10-12-2009. Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas**. 2009a. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1255.doc>. Acesso em: 08 Ago. 2013.

BREDA, Zulmir. Coordenador. **Contabilidade para pequenas e médias empresas. CRCRS**, Porto Alegre, 2011.

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria geral da administração**. 6.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

COELHO, Cláudio Ulysses Ferreira; LINS, Luiz dos Santos. **Teoria da contabilidade abordagem contextual, histórica e gerencial**. São Paulo: Atlas, 2010.

ERNEST & YOUNG, Fipecafi. **Manual de normas internacionais de contabilidade IFRS versus normas brasileiras**. São Paulo: Atlas, 2009.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERREIRA, Ricardo J. **Contabilidade básica**. 7.ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GRECO, Alvíso; AREND, Lauro; GARTNER, Günther. **Contabilidade: teoria e práticas básicas**. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; *et al.* **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à contabilidade para o nível de graduação**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

JAREK, Angélica. **Resumo contabilidade tributária**. Disponível em: <http://heldssouza.files.wordpress.com/2010/05/resumo_contabilidade_tributaria.pdf>. Acesso em: 08 Ago. 2013.

KOLIVER; Olívio. **Contabilidade de custos**. Curitiba: Juruá, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina De Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LOPES de SÁ, Antonio. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

LUNELLI, Reinaldo Luiz. **Contabilidade internacional para pequenas e médias empresas**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadepme.htm>>. Acesso em: 08 Ago. 2013.

MACIEL, Ricardo R. **Como implementar as normas internacionais de contabilidade**. Curitiba: Juruá, 2009.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis contabilidade empresarial**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2009a.

_____. **Contabilidade básica**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

- MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 13.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MARQUES, Luiz Wagner. **Contabilidade gerencial a necessidade das empresas**. 2004. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=VidnJAI4N9cC&printsec=frontcover&dq=contabilidade+gerencial&hl=ptBR&ei=8s23TsrpF4OftwfPhLH0Aw&sa=X&oi=book_result&ct=book-thumbnail&resnum=2&ved=0CEIQ6wEwAQ#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 08 Ago. 2013.
- MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MATIAS, Márcia Athayde. **Contabilidade e legislação societária empresarial**. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/25769332/1869119431/name/Material+Final+II+Turma+Societ%C3%A1ria.pdf>>. Acesso em 08 Ago. 2013.
- MAUSS, Cezar Volnei; *et al.* **A evolução da contabilidade e seus objetivos**. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos07/1401_Artigo%20Seget.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2013.
- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital**. São Paulo: Atlas, 2012.
- MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciência em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2005.
- MONSORES, Lidianne Steman. **As modificações ocorridas na estrutura patrimonial e seus aspectos positivos em nome da transparência: a lei 11638**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/51457442/a-lei-11638>>. Acesso em: 08 Ago. 2013.
- NASCIMENTO, Auster Moreira; REGINATO, Luciane. **Controladoria: um enfoque na eficácia organizacional**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade tributária**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- OLIVEIRA, Luís Martins de; PEREZ JR., José Hernandez; SILVA, Carlos Alberto Dos Santos. **Controladoria estratégica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. 2.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.
- PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de contabilidade básica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- PERES JR., José H. Peres e BEGALLI, Glaucos A. **Elaboração das demonstrações contábeis**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- REIS, Aline de Jesus; SILVA, Selma Leal da; SILVA, Cleide Carneiro Alves da. **A história da contabilidade no Brasil**. Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/viewfile/299/247>. Acesso em: 08 Ago. 2013.

SANTOS, Roberto Fernandes dos. **Introdução a contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo. 23.ed.: Cortez, 2007.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatório, monografias, dissertações, teses**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SOBRINHO, Paulo Atadaine. **Volume 1: estoques CPC 16**. São Paulo. IOB, 2010.

SOUZA, Rogério Mariano de. **Avaliação de custo, volume e lucro em micro e pequenas empresas comerciais: um estudo de caso**. UNIFEI, Minas Gerais: 2007. Dissertação (Mestrado em engenharia de Produção) Universidade Federal de Itajubá, UNIFEI, 2007. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/cp035869.pdf>. Acesso em: 08 ago.2013.

SZUSTER, Natan et.al. **Contabilidade geral: introdução à contabilidade societária**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ZANLUCA, Jonatan de Souza. **Contabilidade internacional**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidade-internacional.htm>>. Acesso em: 08 Ago. 2013.

APENDICES

CUSTO MÉDIO PONDERADO FIXO

DATA	ENTRADA	SAIDA	SALDO	CUSTO COMPRA	
01-01-2009			886,996	R\$ 0,96	R\$ 851,52
02-01-2009		260,730	626,266		
03-01-2009		318,167	308,099		
04-01-2009		-	308,099		
05-01-2009	972,000	249,254	1.030,845	R\$ 0,90	R\$ 874,80
06-01-2009		257,676	773,169		
07-01-2009		325,914	447,255		
08-01-2009	943,000	270,458	1.119,797	R\$ 1,04	R\$ 980,72
09-01-2009		408,425	711,372		
10-01-2009		525,466	185,906		
11-01-2009		-	185,906		
12-01-2009	1.453,000	179,451	1.459,455	R\$ 0,92	R\$ 1.336,76
13-01-2009		188,629	1.270,826		
14-01-2009		245,803	1.025,023		
15-01-2009	720,000	238,217	1.506,806	R\$ 0,94	R\$ 676,80
16-01-2009		185,203	1.321,603		
17-01-2009		365,099	956,504		
18-01-2009		-	956,504		
19-01-2009	384,000	258,439	1.082,065	R\$ 0,92	R\$ 353,28
20-01-2009		218,820	863,245		
21-01-2009		254,557	608,688		
22-01-2009	2.400,000	179,519	2.829,169	R\$ 0,80	R\$ 1.920,00
23-01-2009		617,870	2.211,299		
24-01-2009		699,057	1.512,242		
25-01-2009		-	1.512,242		
26-01-2009		161,349	1.350,893		
27-01-2009		153,918	1.196,975		
28-01-2009		505,258	691,717		
29-01-2009	720,000	278,408	1.133,309	R\$ 0,94	R\$ 676,80
30-01-2009		367,114	766,195		
31-01-2009		439,972	326,223		
SALDO FINAL				R\$ -	
	7.592,000	8.152,773	326,223		R\$ 7.670,68
				CMPF	R\$ 1,01
				VALOR SALDO	329,604

CUSTO MÉDIO PONDERADO VARIÁVEL

DATA	ENTRADA	SAIDA	SALDO	CUSTO COMPRA	VALOR CMPV	SALDO	CUSTO UNIT.
01-01-2009			886,996	0,96			
02-01-2009		260,730	626,266				
03-01-2009		318,167	308,099				
04-01-2009		-	308,099				
05-01-2009	972,000	249,254	1.030,845	0,90	1.170,58	1.280,10	0,91
06-01-2009		257,676	773,169				
07-01-2009		325,914	447,255		1.389,71	1.390,26	1,00
08-01-2009	943,000	270,458	1.119,797	1,04			
09-01-2009		408,425	711,372				
10-01-2009		525,466	185,906				
11-01-2009		-	185,906		1.522,59	1.638,91	0,93
12-01-2009	1.453,000	179,451	1.459,455	0,92			
13-01-2009		188,629	1.270,826				
14-01-2009		245,803	1.025,023		1.629,08	1.745,02	0,93
15-01-2009	720,000	238,217	1.506,806	0,94			
16-01-2009		185,203	1.321,603				
17-01-2009		365,099	956,504				
18-01-2009		-	956,504		1.246,23	1.340,50	0,93
19-01-2009	384,000	258,439	1.082,065	0,92			
20-01-2009		218,820	863,245				
21-01-2009		254,557	608,688		2.485,88	3.008,69	0,83
22-01-2009	2.400,000	179,519	2.829,169	0,80			
23-01-2009		617,870	2.211,299				
24-01-2009		699,057	1.512,242				
25-01-2009		-	1.512,242				
26-01-2009		161,349	1.350,893				
27-01-2009		153,918	1.196,975				
28-01-2009		505,258	691,717		1.248,32	1.411,72	0,88
29-01-2009	720,000	278,408	1.133,309	0,94			
30-01-2009		367,114	766,195				
31-01-2009		439,972	326,223				
SALDO FINAL				-			
	7.592,000	8.152,773	326,223				
		Saldo	326,223				
		CMPV	R\$ 0,88				
		valor saldo	R\$ 288,46				

CUSTO PEPS – PRIMEIRO QUE ENTRA PRIMEIRO QUE SAI

DATA	ENTRADA	SAIDA	SALDO	CUSTO
01-01-2009			886,996	R\$ 0,96
02-01-2009		260,730	626,266	R\$ 0,96
03-01-2009		318,167	308,099	R\$ 0,96
04-01-2009				R\$ 0,96
05-01-2009		249,254	58,845	R\$ 0,96
05-01-2009	972,000			R\$ 0,90
06-01-2009		58,845	-	R\$ 0,96
06-01-2009		198,831	773,169	R\$ 0,90
07-01-2009		325,914	447,255	R\$ 0,90
08-01-2009	943,000			R\$ 1,04
08-01-2009		270,458	176,797	R\$ 0,90
09-01-2009		176,797		R\$ 0,90
09-01-2009		231,628	711,372	R\$ 1,04
10-01-2009		525,466	185,906	R\$ 1,04
11-01-2009			185,906	R\$ 1,04
12-01-2009	1.453,000			R\$ 0,92
12-01-2009		179,451	6,455	R\$ 1,04
13-01-2009		6,455	-	R\$ 1,04
13-01-2009		182,174	1.270,826	R\$ 0,92
14-01-2009		245,803	1.025,023	R\$ 0,92
15-01-2009	720,000			R\$ 0,94
15-01-2009		238,217	786,806	R\$ 0,92
16-01-2009		185,203	601,603	R\$ 0,92
17-01-2009		365,099	236,504	R\$ 0,92
18-01-2009			236,504	
19-01-2009	384,000			R\$ 0,92
19-01-2009		236,504	-	R\$ 0,92
19-01-2009		21,935	698,065	R\$ 0,94
20-01-2009		218,820	479,245	R\$ 0,94
21-01-2009		254,557	224,688	R\$ 0,94
22-01-2009		179,519	45,169	R\$ 0,94
22-01-2009	2.400,000			R\$ 0,80
23-01-2009		45,169	-	R\$ 0,94
23-01-2009		384,000	-	R\$ 0,92
23-01-2009		188,701	2.211,299	R\$ 0,80
24-01-2009		142,958	2.068,341	R\$ 0,80
24-01-2009		556,099	1.512,242	R\$ 0,80
25-01-2009			1.512,242	R\$ 0,80
26-01-2009		161,349	1.350,893	R\$ 0,80
27-01-2009		153,918	1.196,975	R\$ 0,80
28-01-2009		505,258	691,717	R\$ 0,80
29-01-2009	720,000			R\$ 0,94
29-01-2009		278,408	413,309	R\$ 0,80
30-01-2009		367,114	46,195	R\$ 0,80
31-01-2009		46,195	-	R\$ 0,80
31-01-2009		393,777	326,223	R\$ 0,94
VALOR SALDO	7.592,000	8.152,773	326,223	
		SALDO	326,223	

ANEXOS

BALANÇO PATRIMONIAL 2009

BALANÇO PATRIMONIAL ANUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

EMPRESA_: ABRÃO & KOCHHANN LTDA.

NR.CNPJ_: 09.674.188/0001-67

PAGINA: 001

=====

NOME DA CONTA	VLR.ANALITICOS	VLR.SINTETICOS
---------------	----------------	----------------

=====

A T I V O

ATIVO CIRCULANTE		1.246.087,51
Disponibilidades		440.908,91
Caixa		341.950,00
Caixa	341.950,00	
Bancos		98.958,91
Banco do Brasil S/A	59.973,08	
Banco Estado Rio Grande Sul SA	26.936,10	
Caixa Economica Federal	5.574,79	
Bansicredi	6.474,86	
Direitos Realiz.Exerc.Seguinte		509.511,04
Clientes		302.086,41
Clientes	302.086,41	
Impostos a Recuperar		207.424,63
I.R.Pessoa Juridica em Real	146.694,58	
Contr.Social em Real	60.730,05	
Estoques		294.966,79
Mercadorias em Estoque		294.966,79
Mercadoria em Estoque	294.966,79	
Despesas do Exercício Seguinte		700,77
Despesas Diferidas		700,77
Seguros	700,77	
ATIVO NAO CIRCULANTE		545.043,96
Realizavel a Longo Prazo		3.491,63
Depositos Compulsorios		3.491,63
Empr.Compulsorio s/Combustivel	3.491,63	
Investimentos		2.960,43
Incentivos Fiscais		457,72
Finor	152,99	
Fiset-Pesca	89,69	
Fiset-Florestamento	215,04	
Acoes e Participacoes		2.502,71
C.R.T.	1.045,00	
Termo Adesao Ponte Porto Maua	936,71	
Coop.Cred.Rural Tres de Maio	521,00	
Imobilizado		538.591,90
Imoveis		169.630,18
Construcao em Andamento	171.000,00	
Foco Artesiano	8.830,00	



PAULO RUBEM KOCHHANN

CPF.246.963.580-20

ADMINISTRADOR

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO,
TRANSCRITO AS FLS. 355/357 DO LIVRO
DIÁRIO NÚMERO 052 AUTENTICADO NA(O)
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO (RS).



ESCRITÓRIO CONTÁBIL ULLMANN LTDA.

MARTIN BERALDO DAUSE

CONTADOR

CRCRS nr.56.132

CPF nr.460.980.200-78

BALANÇO PATRIMONIAL ANUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

EMPRESA_: ABRAD & KOCHHANN LTDA.

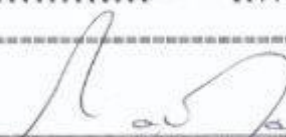
NR.CNPJ_: 09.674.188/0001-67

PAGINA: 002

NOME DA CONTA	VLR.ANALITICOS	VLR.SINTETICOS
(-) Depreciaco es	-10.200,62	
Moveis e Utensilios		239.103,94
Moveis e Utensilios	401.568,31	
(-) Depreciaco es	-242.464,37	
Veiculos		117.200,00
Veiculos	144.000,00	
(-) Depreciaco es	-26.800,00	
Vasilhame		12.657,78
Vasilhame	21.053,97	
(-) Depreciaco es	-8.396,19	
TOTAL DO ATIVO.....t		1.791.131,47

PAULO RUBEM KOCHHANN
CPF.246.963.580-20
ADMINISTRADOR

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO,
TRANSCRITO AS FLS. 355/357 DO LIVRO
DIÁRIO NÚMERO 052 AUTENTICADO NA(O)
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO (RS).


ESCRITÓRIO CONTÁBIL ULLMANN LTDA.
MARTIN BERALDO DAUSE
CONTADOR
CRCRS nr.56.132
CPF nr.460.980.200-78

BALANÇO PATRIMONIAL ANUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

EMPRESA : ABRÃO & KOCHHANN LTDA.

NR.CNPJ : 09.474.188/0001-67

PÁGINA: 003

NOME DA CONTA	VLR.ANALITICOS	VLR.SINTETICOS
---------------	----------------	----------------

P A S S I V O

PASSIVO CIRCULANTE		
Exigível a Curto Prazo		1.290.905,54
Fornecedores		852.802,58
Fornecedores	852.802,58	
Financiamentos		42.390,27
Caixa E.Federal Empréstimo	36.666,67	
Bancicredi Contr.A91737089	1,00	
Empréstimo / Funcionários	472,25	
Caixa/Mastercard	5.250,35	
Cheques a Pagar		72.716,37
Cheques a Pagar	72.716,37	
Obrigações Fiscais		10.787,84
Imposto de Renda na Fonte	1.703,68	
ICM a Recolher	9.084,16	
Obrigações Sociais		36.034,94
INSS a Recolher	16.334,14	
FGTS a Recolher	4.562,99	
Pis a Recolher	2.501,69	
Funrural a Recolher	1.113,16	
Cofins a Recolher	11.522,96	
Provisão p/Imposto de Renda		169.262,35
Provisão p/Imposto de Renda	169.262,35	
Salários a Pagar		34.927,81
Salários a Pagar	34.927,81	
Honorários a Pagar		2.408,94
Escritório Contabil Uilmann Lt	2.408,94	
Provisão da Contr.Social		69.574,44
Provisão da Contr.Social	69.574,44	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Exigível a Longo Prazo		102.218,16
Sócios C/Particular		60.218,16
Rosa Abrão	57.359,08	
Paulo Rubem Kochhann	2.859,08	
Financiamentos		42.000,00
BV Financeira SA.Veículo	42.000,00	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social		398.007,77
Capital Social		130.000,00



PAULO RUBEM KOCHHANN
CPF.246.963.500-20
ADMINISTRADOR

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO,
TRANSCRITO AS FLS. 355/357 DO LIVRO
DIÁRIO NÚMERO 052 AUTENTICADO NA(O)
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO (RS).



ESCRITÓRIO CONTÁBIL UILMANN LTDA.
MARTIN BERALDO DAUSE
CONTADOR

CRCRS nº.56.132
CPF nº.460.980.200-78

BALANÇO PATRIMONIAL ANUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

EMPRESA_: ABRAD & KOCHHANN LTDA.

NR.CNPJ_: 09.674.188/0001-67

PAGINA: 084

Nome da Conta	VLR.ANALITICOS	VLR.SINTETICOS
Capital Subscrito		130.000,00
Capital	130.000,00	
Reservas de Capital		467,73
Reservas de Capital		467,73
Corr.Monetaria do Capital	12.924,97	
Corr.Monet.p/IPC - Lei 8200	-12.457,24	
Lucros e Prejuizos Acumulados		267.540,04
Lucros Acumulados		267.540,04
Lucros Suspensos	267.540,04	
TOTAL DO PASSIVO.....:		1.791.131,47



PAULO RUBEM KOCHHANN

CPF.246.963.580-20

ADMINISTRADOR

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO,
TRANSCRITO AS FLS. 355/357 DO LIVRO
DIÁRIO NÚMERO 052 AUTENTICADO NA(O)
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO (RS).



ESCRITÓRIO CONTÁBIL ULLMANN LTDA.

MARTIN GERALDO DAUSE

CONTADOR

CRCRS nr.56.132

CPF nr.460.980.200-78

DRE 2009


DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO ANUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

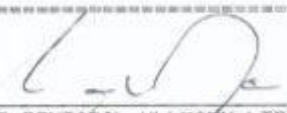
EMPRESA_: ABRAD & KOCHHANN LTDA.

NR.CNPJ_: 09.674.188/0001-67

PAGINA: 001

NO ME DA CONTA	VLR.ANALITICOS	VLR.SINTETICOS
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		12.636.210,00
Receita Bruta da Atividade		12.636.210,00
Vendas		12.636.210,00
Vendas a Vista	9.765.501,21	
Vendas a Prazo	2.870.708,87	
Deducoes da Receita Bruta		-1.025.096,22
Vendas Canceladas		-46.222,39
Devolucoes de Vendas	46.222,39	
Impostos		-978.873,83
Imp.s/Circ.de Mercadorias	785.774,38	
Fis s/Faturamento	27.454,91	
Cofins s/Faturamento	126.458,96	
PAES	39.185,58	
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA		11.611.113,86
CUSTOS OPERACIONAIS		-9.254.695,70
Custo das Mercadorias Vendidas		-9.254.695,70
Estoque Inicial		-315.899,50
Mercadoria em Estoque	315.899,50	
Compras		-9.758.134,28
Compras a Vista	876.948,84	
Compras a Prazo	8.880.562,82	
Fretes s/Compras a Prazo	80.622,62	
(-) Compras Canceladas		31.100,92
Devolucao de Compras	31.100,92	
(-) I.C.M. s/Compras		493.270,37
I.C.M. s/Compras	495.717,64	
Credito Presumido ICMS/ECF	2.447,27	
Estoque Final		294.966,79
Mercadoria em Estoque	294.966,79	
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		2.356.418,16
DESPESAS OPERACIONAIS		-1.583.799,29
Despesas Operacionais Gerais		-1.542.192,37
Despesas Administrativas		-1.542.192,37
Despesas Diversas	12.247,93	
Pro-Labore	* 76.893,78 ✓	
Salarios e Ordenados	* 485.245,09 ✓	
Decimo Terceiro Salario	* 39.882,27 ✓	
Assistencia aos Empregados	* 7.085,58 ✓	
Rescisao de Trabalho	* 11.992,27 ✓	
Gratificacoes	* 247,65 ✓	
Despesas com INSS	* 156.103,10 ✓	
Despesas com FGTS	47.766,30 ✓	


 PAULO RUBEM KOCHHANN
 CPF.246.963.580-20
 ADMINISTRADOR


 ESCRITORIO CONTABIL ULLMANN LTDA.
 MARTIN GERALDO DAUSE
 CONTADOR
 CRCRS nr.56.132
 CPF nr.460.980.200-78


DENONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO ANUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

EMPRESA: ABRAO S. KOCHMANN LTDA.

NR.CNPJ: 09.674.188/0001-67

PAGINA: 002

NOME DA CONTA	VLR.ANALITICOS	VLR.SINTETICOS
Bolsa Auxiliar de Estagio	18.969,59	
Seguro Acidentes no Trabalho	18.590,87	
Honorarios	42.646,00	
Despesas com Veiculos	52.883,99	
Despesas com Viagens	51,48	
Material de Expediente	14.280,51	
Água, Luz e Telefone	76.397,54	
Consertos e Conservacao	67.052,37	
Despesas com Aluguel	5.249,46	
Despesas com Seguros	5.293,66	
Frete e Carretos	14.665,28	
Despesas com Limpeza	194,50	
Depreciacoes	61.380,25	
Contribuicoes e Doacoes	100,00	
Jornais e Revistas	1.180,35	
Impostos e Taxas	7.256,72	
Multas	430,50	
Bens de Pequeno Valor	5.551,77	
Material de Informatica	800,40	
Desp.c/Curso p/Treinamento	6.009,70	
Assistencia Medica c/Unimed	26.770,91	
Propaganda e Publicidade	72.957,65	
Material de Embalagem	152.160,04	
Material de Consumo	56.467,55	
Manutencao Progr.Computacao	4.240,96	
Utensilios de Cozinha	1.145,55	
Receita e Despesas Financeiras		-88.880,14
Despesas Financeiras		-95.010,67
Despesas Bancarias	5.983,10	
Despesas Financeiras	11.242,33	
Juros e Descontos	14.919,23	
Encargos c/cartao VISANET	4.389,14	
Encargos c/cartao BANRICOMPTRAS	4.679,74	
Encargos c/cartao REDECARD	1.607,01	
Encargos c/cartao GREEN CARD	409,85	
Encargos c/cartao SODEXO	1.367,70	
Encargos c/cartao VR	3.489,97	
Encargos c/cartao TICKET	2.798,92	
Encargos c/cartao VISA VALE	4.320,11	
Encargos c/cartao GOOD CARD	872,34	
Encargos c/cartao VERDE CARD	12.585,19	
Enc.c/cartao BANRICOMP.TX.LIGA	653,14	
Encarg.c/cartao GOOD CARD-DOC	218,25	
Encar.c/cartao VISA VALE - DOC	91,68	


 PAULO RUBEM KOCHMANN
 CPF.246.963.580-20
 ADMINISTRADOR


 ESCRITORIO CONTABIL ULTMANN LTDA.
 MARTIN GERALDO DAUSE
 CONTADOR
 CRCRS nr.56.132
 CPF nr.460.980.200-78

DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO ANUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

EMPRESA_: ABRAO & KOCHHANN LTDA.

NR.CNPJ_: 09.674.188/0001-67

PAGINA: 003

NO ME DA CONTA	VLR.ANALITICOS	VLR.SINTETICOS
Encargos c/cartao SODEXO - DOC	214,50	
Encargos c/cartao VR - DOC	210,09	
Encargos c/cartao TICKET - DOC	197,60	
Encarg.c/cartao GOODCARD/Manut	924,00	
Enc.c/cartao VERDECARD/Manut.	771,91	
Enc.c/cartao BANRICOFRAS/Man.	1.036,06	
Encarg.c/cartao VR/Manutencao	62,72	
Encarg.c/cartao TICKET/Manut.	676,00	
Enc.c/cartao REDECARD/Manuten.	722,70	
Encargos c/cartao REDESHOP	881,13	
Encarg.c/cartao GREENCARD DOC	180,00	
Encar.c/cartao VISA ELECTRON	2.183,62	
Despesas com Devolucao	10.584,23	
Despesas Cartao Refeitul	6.160,00	
Encargos c/Cartao Sicredi	506,41	
Enc.c/Cartao Sicredi c/Manut.	0,72	
(-) Receitas Financeiras		6.130,53
Juros e Descontos	5.936,08	
Juros s/Empr.Comp.s/Comb.	202,45	
Variacoes Monetarias		-9.502,60
Variacoes Monetarias Passivas		-9.531,08
Atualizacao PAES	9.531,08	
(-) Variacoes Monet. Ativas		20,48
Atualizacao do Emp.Comp.s/Comb	20,48	
Outros Resultados Operacionais		32.775,02
(-)Outras Receitas Operacional		32.775,02
Bonificacoes Recebidas	32.775,02	
Ganhos e Perdas de Capital		24.000,00
Ganhos de Capital		24.000,00
Lucro na Venda/Baixa de Bens	24.000,00	
RESULTADO DO EXERCICIO		772.618,87
LUCRO LIQUIDO (ANTES CONTR.SOCIAL)		772.618,87
Provisao p/Contribuicao Social		69.574,44
LUCRO LIQUIDO EXERCICIO (ANTES IR)		703.044,43
Provisao p/Imposto de Renda		169.262,35
LUCRO LIQUIDO EXERCICIO (APOS IR)		533.782,08



PAULO RUBEM KOCHHANN
CPF.246.963.580-20
ADMINISTRADOR



ESCRITORIO CONTABIL ULLMANN LTDA.
MARTIN BERALDO DAUSE
CONTADOR
CRCRS n. 56.132
CPF nr.460.980.200-78

DENONSTRACAO DE LUCROS E PREJUIZOS ACUMULADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
 EMPRESA: ABRAO & KOCHHANN LTDA.
 NR.CNPJ: 89.674.188/0001-67

PAGINA: 001

-----	-----	-----
NOME DA CONTA	VLR.ANALITICOS	VLR.SINTETICOS
-----	-----	-----
ORIGEM DOS RECURSOS		
Saldo Anterior de Lucros Acumulados...:	293.757,96	
Lucro Liquido do Período Base Após IR.:	533.782,08	
Soma das Origens de Recursos.....:		827.540,04
APLICACAO DOS RECURSOS		
Lucro Distribuido no Exercício.....:	560.000,00	
Soma das Aplicacoes de Recursos.....:		560.000,00
LUCRO ACUMULADO.....:		267.540,04



PAULO RUBEM KOCHHANN
 CPF.246.963.588-20
 ADMINISTRADOR



ESCRITORIO CONTABIL ULTMANN LTDA.
 MARTIN GERALDO GAUSE
 CONTADOR
 CRCRS nr.56.132
 CPF nr.460.980.200-78

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

EMPRESA: ABRÃO & KOCHMANN LTDA.

NR. CNPJ: 09.674.189/0001-67

PÁGINA: 001

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

ABRÃO & KOCHMANN LTDA. é uma pessoa jurídica de direito privado, cuja sociedade tem por objetivo social o comércio atacadista e varejista de produtos alimentícios e a fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância das práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e em conformidade com os princípios Fundamentais da Contabilidade.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A) Apuração do Resultado: As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

B) Ativo Não Circulante: Está registrado ao custo de aquisição, acrescido da correção monetária calculada até dezembro de 1.995.

C) Ativo Não Circulante Imobilizado: Está ajustado pelas depreciações acumuladas igualmente corrigidas, calculadas pelo método linear de acordo com as taxas legais admitidas.

D) Ativo Diferido: Refere-se a seguro de prédio cuja vigência encerra em 09.04.2010.

E) Estoques: Estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais não superam os preços de mercado.

F) Passivo - Exigível a Longo Prazo/Financiamento: Esta demonstrado pelo valor da obrigação com vencimento em 03/2014.

NOTA 04 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), subscrito e totalmente integralizado, pertencente a quotistas domiciliados no país.

Tres de Maio, 31 de Dezembro de 2009.



PAULO RUBEM KOCHMANN
CFF. 246.963.580-20
ADMINISTRADOR



ESCRITÓRIO CONTÁBIL ULLMANN LTDA.
MARTIN GERALDO PAULE
CONTADOR
CRCRS nr. 06.132
CPF nr. 460.980.200-78

DRE 2010

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ANUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Empresa ABRAO & KOCHHANN LTDA.

Nr.CNPJ 89.674.188/0001-67

Página: 1

NOME DA CONTA	VALORES ANALÍTICOS	VALORES SINTÉTICOS
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		9.373.095,33
Receita Bruta da Atividade		9.373.095,33
Vendas		9.373.095,33
Vendas a Vista	7.049.423,72	
Vendas a Prazo	2.323.671,61	
Deducoes da Receita Bruta		-402.317,60
Vendas Canceladas		-42.598,41
Devolucoes de Vendas	-42.598,41	
Impostos		-359.719,19
Imp.s/Circ.de Mercadorias	-268.432,52	
Pis s/Faturamento	-16.283,54	
Cofins s/Faturamento	-75.003,13	
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA		8.970.777,73
CUSTOS OPERACIONAIS		-6.882.939,29
Custo das Mercadorias Vendidas		-6.882.939,29
Estoque Inicial		-294.966,79
Mercadoria em Estoque	-294.966,79	
Compras		-7.398.466,47
Compras a Vista	-672.442,63	
Compras a Prazo	-6.646.545,42	
Frete s/Compras a Prazo	-79.478,42	
(-) Compras Canceladas		18.836,28
Devolucao de Compras	18.836,28	
(-) I.C.M. s/Compras		130.177,53
I.C.M. s/Compras	130.177,53	
Estoque Final		661.480,16
Mercadoria em Estoque	661.480,16	
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		2.087.838,44
DESPESAS OPERACIONAIS		-1.618.807,93
Despesas Operacionais Gerais		-1.561.972,19
Despesas Administrativas		-1.561.972,19
Despesas Diversas	-11.389,81	
Pro-Labore	-82.607,28	
Salarios e Ordenados	-493.474,28	
Decimo Terceiro Salario	-40.859,03	
Assistencia aos Empregados	-3.218,07	
Rescisao de Trabalho	-15.630,26	
Despesas com INSS	-158.600,91	
Despesas com FGTS	-62.411,29	
Bolsa Auxiliar de Estagio	-27.941,61	
Seguro Acidentes no Trabalho	-22.246,08	
Curso Jovem Aprendiz	-5.964,66	
Honorarios	-31.608,00	

PAULO RUBEN KOCHHANN
CPF: 246.963.580-20
ADMINISTRADOR

MARTIN GERALDO DAUZE
CONTADOR
CRCRS nr. 56.132
CPF nr. 460.980.200-78
RG nr. 4024732085

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ANUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Empresa ABRAO & KOCHHANN LTDA.

Nr.CNPJ 89.674.188/0001-67

Página: 2

NOME DA CONTA	VALORES ANALÍTICOS	VALORES SINTÉTICOS
Despesas com Veiculos	-36.202,75	
Material de Expediente	-9.692,09	
Água, Luz e Telefone	-115.342,10	
Consertos e Conservacao	-57.788,31	
Despesas com Aluguel	-12.000,00	
Despesas com Seguros	-3.106,83	
Frete e Carretos	-16.314,39	
Despesas com Limpeza	-68,50	
Depreciacoes	-70.721,48	
Jornais e Revistas	-989,90	
Impostos e Taxas	-11.261,71	
Multas	-14,10	
Bens de Pequeno Valor	-1.720,09	
Material de Informatica	-1.579,48	
Assistencia Medica c/Unimed	-44.251,01	
Reclamatoria Trabalhista	-6.400,00	
Servicos de Terceiros	-2.560,00	
Propaganda e Publicidade	-77.912,00	
Material de Embalagem	-59.867,06	
Material de Consumo	-60.404,05	
Manutencao Progr.Computacao	-17.628,76	
Utensilios de Cozinha	-196,30	
Receita e Despesas Financeiras		-95.039,59
Despesas Financeiras		-99.652,13
Despesas Bancarias	-6.493,33	
Despesas Financeiras	-45.648,06	
Juros e Descontos	-129,87	
Encargos c/cartao VISANET	-3.659,45	
Encargos c/cartao BANRICOMPRIAS	-3.697,71	
Encargos c/cartao REDECARD	-1.341,90	
Encargos c/cartao GREEN CARD	-571,30	
Encargos c/cartao SODEXO	-2.949,68	
Encargos c/cartao VR	-1.728,08	
Encargos c/cartao TICKET	-1.300,24	
Encargos c/cartao VISA VALE	-2.729,95	
Encargos c/cartao GOOD CARD	-651,26	
Encargos c/cartao VERDE CARD	-7.695,37	
Enc.c/cartao BANRICOMP.TX.LIGA	-88,44	
Encarg.c/cartao GOOD CARD-DOC	-1.221,46	
Encar.c/cartao VISA VALE - DOC	-105,89	
Encargos c/cartao SODEXO - DOC	-230,10	
Encargos c/cartao VR - DOC	-128,70	
Encargos c/cartao TICKET - DOC	-192,07	
Encarg.c/cartao GOODCARD/Manut	-1.008,00	
Enc.c/cartao VERDECARD/Manut.	-896,76	

PAULO RUBEN KOCHHANN
CPF: 246.963.580-20
ADMINISTRADOR

MARTIN GERALDO DAUSE
CONTADOR
CRCRS nr. 56.132
CPF nr. 460.980.200-78
RG nr. 4024732085

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ANUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Empresa ABRAO & KOCHHANN LTDA.

Nr.CNPJ 89.674.188/0001-67

Página: 3

NOME DA CONTA	VALORES ANALÍTICOS	VALORES SINTÉTICOS
Enc.c/cartao BANRICOMPRAS/Man.	-1.385,33	
Encarg.c/cartao SODEXO/Manut.	-60,00	
Encarg.c/cartao VR/Manutencao	-62,72	
Encarg.c/cartao TICKET/Manut.	-695,92	
Enc.c/cartao REDECARD/Manuten.	-983,21	
Encargos c/cartao REDESHOP	-636,96	
Encarg.c/cartao GREENCARD DOC	-180,00	
Encar.c/cartao VISA ELECTRON	-3.240,96	
Despesas Cartao Refeisu/	-7.310,74	
Encargos c/Cartao Sicredi	-2.313,67	
Enc.o/Cartao Sicredi c/Manut.	-315,00	
(-) Receitas Financeiras		4.612,54
Juros e Descontos	4.433,37	
Juros s/Empr.Comp.s/Comb.	179,17	
Variacoes Monetarias		21,71
(-) Variacoes Monet. Ativas		21,71
Atualizacao do Emp.Comp.s/Comb	21,71	
Outros Resultados Operacionais		38.182,14
(-)Outras Receitas Operacional		38.182,14
Bonificacoes Recebidas	36.077,98	
Receitas Diversas	2.104,16	
RESULTADO OPERACIONAL		469.030,51
RESULTADO DO EXERCÍCIO		469.030,51
LUCRO LÍQUIDO (Antes Contr.Social)		469.030,51
Provisao da Contr.Social		42.214,01
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO (Antes IR)		426.816,50
Provisao p/Imposto de Renda		93.261,15
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO (APÓS IR)		333.555,35

PAULO RUBEN KOCHHANN
CPF: 246.963.580-20
ADMINISTRADOR

MARTIN GERALDO DAUSE
CONTADOR
CRCRS nr. 56.132
CPF nr. 460.980.200-78
RG nr. 4024732085

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS ANUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Empresa ABRAO & KOCHHANN LTDA.

Nr.CNPJ 89.674.188/0001-67

Página: 1

NOME DA CONTA	VALORES ANALÍTICOS	VALORES SINTÉTICOS
ORIGEM DOS RECURSOS		
Saldo Anterior de Lucros Acumulados	267.540,04	
Lucro Líquido do Período Base Após IR	333.555,35	
Soma das Origens de Recursos.....:		601.095,39
APLICAÇÃO DOS RECURSOS		
Lucro Distribuído no Exercício	300.000,00	
Soma das Aplicações de Recursos.....:		300.000,00
LUCRO ACUMULADO.....:		301.095,39

PAULO RUBEN KOCHHANN
CPF: 246.962.580-20
ADMINISTRADOR

MARTIN GERALDO DAUSE
CONTADOR
CRCRS nr. 56.132
CPF nr. 460.980.200-78
RG nr. 4024732085

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Empresa ABRAO & KOCHHANN LTDA.

Nr.CNPJ 89.674.188/0001-67

Página: 1

ATIVIDADES OPERACIONAIS

Clientes	+	2370704,14
Impostos a Recuperar	-	116118,53
Fornecedores	-	6978925,15
Cheques a Pagar	-	27293,09
Obrigações Fiscais	-	142385,72
Obrigações Sociais	-	370531,71
Provisão p/Imposto de Renda	-	22567,77
Salários a Pagar	-	506367,50
Honorários a Pagar	-	32456,07
Provisão da Contr.Social	-	8844,39
Sócios C/Particular	-	414446,92
Vendas	+	7049423,72
Vendas Canceladas	-	42598,41
Impostos	-	11950,12
Compras	-	668442,64
(-) Compras Canceladas	+	1684,21
Despesas Administrativas	-	464097,94
Despesas Financeiras	-	81292,38
(-) Receitas Financeiras	+	2780,43
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL LÍQUIDO	-	463.725,84

ATIVIDADES INVESTIMENTOS

Ações e Participações	-	300,00
Móveis e Utensílios	+	10047,40
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	+	9.747,40

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS

Financiamentos	+	238940,23
Financiamentos	-	31925,19
TOTAL DOS FINANCIAMENTOS	+	207.015,04

Caixa Líquido do Período -246.963,40**Saldo Inicial das Disponibilidades 440.908,91****Saldo Final das Disponibilidades 193.945,51**

PAULO RUBEN KOCHHANN
CPF: 246.963.580-20
ADMINISTRADOR

MARTIN GERALDO DAUSE
CONTADOR
CRCRS nr. 56.132
CPF nr. 460.980.200-78
RG nr. 4024732085

BALANÇO PATRIMONIAL 2010

BALANÇO PATRIMONIAL ANUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Empresa ABRAO & KOCHHANN LTDA.

Nº. CNPJ 89.674.188/0001-67

Página: 1

NOME DA CONTA	VALORES ANALÍTICOS	VALORES SINTÉTICOS
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE		1.234.875,74
Disponibilidades		193.945,51
Caixa		179.547,00
Caixa	179.547,00	
Bancos		14.398,51
Banco do Brasil S/A	5.301,78	
Banco Estado Rio Grande Sul SA	6.588,17	
Caixa Economica Federal	1.276,14	
Bansicredi	1.232,42	
Direitos Realiz.Exerc.Seguinte		379.450,07
Clientes		255.286,31
Clientes	255.286,31	
Impostos a Recuperar		124.163,76
I.R.Pessoa Juridica em Real	85.473,35	
Contr.Social em Real	38.690,41	
Estoques		661.480,16
Mercadorias em Estoque		661.480,16
Mercadoria em Estoque	661.480,16	
ATIVO NAO CIRCULANTE		521.325,87
Realizavel a Longo Prazo		3.729,33
Depositos Compulsorios		3.729,33
Empr.Compulsorio s/Combustivel	3.729,33	
Investimentos		3.260,43
Incentivos Fiscais		457,72
Finor	152,99	
Fiset-Pesca	89,69	
Fiset-Florestamento	215,04	
Acoes e Participacoes		2.802,71
C.R.T.	1.045,00	
Termo Adesao Ponte Porto Maua	936,71	
Coop.Cred.Rural Tres de Maio	821,00	
Imobilizado		514.336,11
Imoveis		168.747,56
Construcao em Andamento	171.000,80	
Poco Artesiano	8.830,00	
(-) Depreciacoes	-11.083,24	
Moveis e Utensilios		247.700,93
Moveis e Utensilios	526.458,82	
(-) Depreciacoes	-278.757,89	
Veiculos		88.400,00
Veiculos	144.000,00	

PAULO RUBEN KOCHHANN
CPF: 246.963.580-20
ADMINISTRADOR

MARTIN GERALDO DAUZE
CONTADOR
CRCRS nr. 56.132
CPF nr. 460.980.200-78
RG nr. 4024732085

BALANÇO PATRIMONIAL ANUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Empresa ABRAO & KOCHHANN LTDA.

Nr.CNPJ 89.674.188/0001-67

Página: 2

NOME DA CONTA	VALORES ANALÍTICOS	VALORES SINTÉTICOS
(-) Depreciacoes	-55.600,00	
Vasilhame		9.487,62
Vasilhame	21.053,97	
(-) Depreciacoes	-11.566,35	
TOTAL DO ATIVO		1.756.201,61

PAULO RUBEN KOCHHANN
CPF: 246.962.580-20
ADMINISTRADOR

MARTIN GERALDO DAUSE
CONTADOR
CRCRS nr. 56.132
CPF nr. 460.980.200-78
RG nr. 4024732085

BALANÇO PATRIMONIAL ANUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Empresa ABRAO & KOCHHANN LTDA.

Nº.CNPJ 89.674.188/0001-67

Página: 3

NOME DA CONTA	VALORES ANALÍTICOS	VALORES SINTÉTICOS
PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE		1.160.903,31
Exigível a Curto Prazo		1.160.903,31
Fornecedores		699.466,57
Fornecedores	699.466,57	
Financiamentos		218.621,29
Caixa E. Federal Emprestimo	27.500,00	
Bansicredi Contr.A01737089	101.595,85	
Banrisul SA - Emprestimo	50.000,00	
Emprestimo / Funcionarios	395,00	
Caixa/Mastercard/Cartoes	39.130,44	
Cheques a Pagar		45.423,28
Cheques a Pagar	45.423,28	
Obrigacoes Fiscais		11.164,59
Imposto de Renda na Fonte	2.060,08	
ICM a Recolher	9.104,51	
Obrigacoes Sociais		26.411,24
INSS a Recolher	16.097,80	
FGTS a Recolher	4.151,76	
Pis a Recolher	841,74	
Funrural a Recolher	1.442,82	
Cofins a Recolher	3.877,12	
Provisao p/Imposto de Renda		93.261,15
Provisao p/Imposto de Renda	93.261,15	
Salarios a Pagar		24.341,18
Salarios a Pagar	24.341,18	
Provisao da Contr.Social		42.214,01
Provisao da Contr.Social	42.214,01	
PASSIVO NAO CIRCULANTE		163.735,18
Exigível a Longo Prazo		163.735,18
Socios C/Particular		18.604,52
Rosa Abrao	15.552,26	
Paulo Rubem Kochhann	3.052,26	
Financiamentos		145.130,66
BV Financeira SA.Veiculo	18.000,00	
Banrisul S/A. Emprestimo	127.130,66	
PATRIMONIO LIQUIDO		431.563,12
Capital Social		130.000,00
Capital Subscrito		130.000,00
Capital	130.000,00	
Reservas de Capital		467,73
Reservas de Capital		467,73

PAULO RUBEN KOCHHANN
CPF: 246.963.580-20
ADMINISTRADOR

MARTIN GERALDO DAUSE
CONTADOR
CRCRS nr. 56.132
CPF nr. 460.980.200-78
RG nr. 4024732085

BALANÇO PATRIMONIAL ANUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Empresa ABRAO & KOCHHANN LTDA.

Nr.CNPJ 89.674.188/0001-67

Página: 4

NOME DA CONTA	VALORES ANALÍTICOS	VALORES SINTÉTICOS
Corr.Monetaria do Capital	12.924,97	
Corr.Monet.p/IPC - Lei 8200	-12.457,24	
Lucros e Prejuizos Acumulados		301.095,39
Lucros Acumulados		301.095,39
Lucros Suspensos	301.095,39	
TOTAL DO PASSIVO		1.756.201,61

PAULO RUBEN KOCHHANN
CPF: 246.962.580-20
ADMINISTRADOR

MARTIN GERALDO DAUSE
CONTADOR
CRCRS nr. 56.132
CPF nr. 460.980.200-78
RG nr. 4024732085

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Empresa ABRAO & KOCHHANN LTDA.

Nr. CNPJ 09.674.188/0001-67

Página: 1

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

ABRAO & KOCHHANN LTDA, é uma pessoa jurídica de direito privado, cuja sociedade tem por objetivo social o comércio atacadista e varejista de produtos alimentícios e a fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade total com as práticas contábeis adotadas no Brasil de acordo com a Resolução CPC 1.255 de 2009. O Balanço Patrimonial e demais demonstrações foram apresentadas e elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis as PMEs Pequenas e Médias Empresas. Em decorrência da obrigatoriedade da convergência as Normas Internacionais de Contabilidade, instituída pela Lei 11.638/2007 alterada pela Lei 11.941/2009 e a Resolução CPC 1.255 de 2009. Conforme a resolução CPC 1.319 de 2010, a entidade exerceu a faculdade de não elaborar e divulgar as demonstrações contábeis do exercício 2009 para fins de comparação com as demonstrações contábeis do exercício 2010.

NOTA 03 - ADOÇÃO INICIAL DA RESOLUÇÃO CPC 1.255/09

A entidade iniciou as adequações as regras da PME na elaboração da Demonstrações Contábeis a partir do Exercício de 2010.

NOTA 04 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- A) Ajustação do Resultado: As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.
- B) Ativo Não Circulante: Está registrado ao custo de aquisição, acrescido da correção monetária calculada até dezembro de 1.995.
- C) Ativo Não Circulante Imobilizado: Está ajustado pelas depreciações acumuladas igualmente corrigidas, calculadas pelo método linear de acordo com as taxas legais admitidas.
- D) Estoques: Estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais não superam os preços de mercado.
- E) Passivo - Exigível a Longo Prazo/Financiamento: Está demonstrado pelo valor da obrigação com vencimento em 06/09/2011 em 10/07/2012.

NOTA 05 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), subscrito e totalmente integralizado, pertencente a quotistas domiciliados no país.

Três de Maio, 31 de Dezembro de 2010.

PAULO RUBEN KOCHHANN
CPF: 246.963.580-20
ADMINISTRADOR

MARTIN GERALDO DAUSE
CONTADOR
CRCRS nr 56.132
CPF nr 460.980.200-78
RG nr 402473805

DRE 2011

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ANUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Empresa ABRAO & KOCHHANN LTDA.

Nr.CNPJ 89.674.188/0001-67

Página: 1

NOME DA CONTA	VALORES ANALÍTICOS	VALORES SINTÉTICOS
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		9.454.020,65
Receita Bruta da Atividade		9.454.020,65
Vendas		9.454.020,65
Vendas a Vista	7.054.477,51	
Vendas a Prazo	2.399.543,14	
Deducoes da Receita Bruta:		-372.042,22
Vendas Canceladas		-33.237,42
Devolucoes de Vendas	-33.237,42	
Impostos		-338.804,80
Imp.s/Circ.de Mercadorias	-237.413,89	
Pis s/Faturamento	-23.881,26	
Cofins s/Faturamento	-77.509,65	
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA		9.081.978,43
CUSTOS OPERACIONAIS		-7.321.493,34
Custo das Mercadorias Vendidas		-7.321.493,34
Estoque Inicial		-661.480,16
Mercadoria em Estoque	-661.480,16	
Compras		-7.734.739,53
Compras a Vista	-535.984,49	
Compras a Prazo	-7.144.786,53	
Frete s/Compras a Prazo	-53.968,51	
(-) Compras Canceladas		21.379,36
Devolucao de Compras	21.379,36	
(-) I.C.M. s/Compras		144.284,75
I.C.M. s/Compras	144.284,75	
Estoque Final		909.062,24
Mercadoria em Estoque	909.062,24	
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		1.760.485,09
DESPESAS OPERACIONAIS		-1.679.726,50
Despesas Operacionais Gerais		-1.586.182,94
Despesas Administrativas		-1.586.182,94
Despesas Diversas	-12.185,52	
Pro-Labore	-88.568,48	
Salarios e Ordenados	-460.674,07	
Decimo Terceiro Salario	-63.618,76	
Assistencia aos Empregados	-10.468,12	
Rescisao de Trabalho	-14.217,74	
Despesas com INSS	-126.050,12	
Despesas com FGTS	-49.106,05	
Abono Salarial	-98,55	
Bolsa Auxiliar de Estagio	-51.250,35	
Seguro Acidentes no Trabalho	-16.177,48	
Curso Jovem Aprendiz	-6.142,35	

PAULO RUBEN KOCHHANN
CPF: 246.962.580-20
ADMINISTRADOR

MARTIN GERALDO DAUSE
CONTADOR
CRCRS nr. 56.132
CPF nr. 460.980.200-78
RG nr. 4024732085

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ANUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Empresa ABRAO & KOCHHANN LTDA.

Nr.CNPJ 89.674.188/0001-67

Página: 2

NOME DA CONTA	VALORES ANALÍTICOS	VALORES SINTÉTICOS
Honorarios	-22.671,00	
Despesas com Veiculos	-21.014,55	
Despesas com Viagens	-60,99	
Material de Expediente	-12.239,40	
Agua, Luz e Telefone	-124.567,66	
Consertos e Conservacao	-61.048,04	
Despesas com Aluguel	-14.400,00	
Despesas com Seguros	-4.374,32	
Fretes e Carretos	-16.727,69	
Despesas com Limpeza	-203,38	
Depreciacoos	-73.138,48	
Jornais e Revistas	-1.299,90	
Impostos e Taxas	-12.476,93	
Multas	-498,11	
Bens de Pequeno Valor	-7.037,03	
Material de Informatica	-1.550,55	
Desp.c/Curso p/Treinamento	-2.350,66	
Assistencia Medica c/Unimed	-43.471,15	
Reclamatoria Trabalhista	-6.300,00	
Propaganda e Publicidade	-82.495,40	
Material de Embalagem	-73.249,67	
Material de Consumo	-78.424,83	
Manutencao Progr.Computacao	-27.818,61	
Utensilios de Cozinha	-207,00	
Receita e Despesas Financeiras		-132.004,25
Despesas Financeiras		-132.356,40
Despesas Bancarias	-4.269,30	
Despesas Financeiras	-94.636,17	
Juros e Descontos	-1.347,45	
Encargos c/cartao VISANET	-3.449,47	
Encargos c/cartao BANRICOMPRIAS	-3.492,71	
Encargos c/cartao REDECARD	-1.201,37	
Encargos c/cartao GREEN CARD	-577,67	
Encargos c/cartao SODEXO	-4.186,87	
Encargos c/cartao TICKET	-293,17	
Encargos c/cartao VISA VALE	-1.680,56	
Encargos c/cartao GOOD CARD	-319,64	
Encargos c/cartao VERDE CARD	-4.639,55	
Enc.c/cartao BANRICOMP.TX.LIGA	-17,42	
Encarg.c/cartao GOOD CARD-DOC	-88,30	
Encar.c/cartao VISA VALE - DOC	-84,14	
Encargos c/cartao SODEXO - DOC	-101,40	
Encargos c/cartao TICKET - DOC	-167,91	
Encarg.c/cartao GOODCARD/Manut	-168,00	
Enc.c/cartao VERDECARD/Manut.	-334,56	

PAULO RUBEN KOCHHANN
CPF: 246.963.580-20
ADMINISTRADOR

MARTIN GERALDO DAUSE
CONTADOR
CRCRS nr. 56.132
CPF nr. 460.980.200-78
RG nr. 4024732085

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ANUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Empresa ABRAO & KOCHHANN LTDA.

Nr.CNPJ 89.674.188/0001-67

Página: 3

NOME DA CONTA	VALORES ANALÍTICOS	VALORES SINTÉTICOS
Enc.c/cartao BANRICOMPRAS/Man.	-278,21	
Encarg.c/cartao SODEXO/Manut.	-695,61	
Encarg.c/cartao TICKET/Manut.	-192,42	
Enc.c/cartao REDECARD/Manuten.	-263,00	
Encargos c/cartao REDESHOP	-971,86	
Encarg.c/cartao GREENCARD DOC	-340,70	
Encar.c/cartao VISA ELECTRON	-2.743,31	
Despesas Cartao RefeisuI	-4.019,25	
Encargos c/Cartao Sicredi	-1.621,38	
Enc.c/Cartao Sicredi c/Manut.	-175,00	
(-) Receitas Financeiras		352,15
Juros e Descontos	179,98	
Juros s/Empr.Comp.s/Comb.	172,17	
Variacoes Monetarias		35,26
(-) Variacoes Monet. Ativas		35,26
Atualizacao do Emp.Comp.s/Comb	35,26	
Outros Resultados Operacionais		35.354,38
(-)Outras Receitas Operacional		35.354,38
Bonificacoes Recebidas	35.354,38	
Ganhos e Perdas de Capital		3.071,05
Ganhos de Capital		3.071,05
Lucro na Venda/Baixa de Bens	3.071,05	
RESULTADO OPERACIONAL		80.758,59
RESULTADO DO EXERCÍCIO		80.758,59
LUCRO LÍQUIDO (Antes Contr.Social)		80.758,59
Provisao da Contr.Social		7.313,10
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO (Antes IR)		73.445,49
Provisao p/Imposto de Renda		12.188,51
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO (APÓS IR)		61.256,98

PAULO RUBEN KOCHHANN
CPF: 246.963.580-20
ADMINISTRADOR

MARTIN GERALDO DAUSE
CONTADOR
CRCRS nr. 56.132
CPF nr. 460.980.200-78
RG nr. 4024732085

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS ANUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Empresa ABRAO & KOCHHANN LTDA.

Nr.CNPJ 89.674.188/0001-67

Página: 1

NOME DA CONTA	VALORES ANALÍTICOS	VALORES SINTÉTICOS
ORIGEM DOS RECURSOS		
Saldo Anterior de Lucros Acumulados	301.095,39	
Lucro Líquido do Período Base Após IR	61.256,98	
Soma das Origens de Recursos.....:		362.352,37
APLICAÇÃO DOS RECURSOS		
Lucro Distribuído no Exercício	200.000,00	
Soma das Aplicações de Recursos.....:		200.000,00
LUCRO ACUMULADO.....:		162.352,37

PAULO RUBEN KOCHHANN
CPF: 246.962.580-20
ADMINISTRADOR

MARTIN GERALDO DAUSE
CONTADOR
CRCRS nr. 56.132
CPF nr. 460.980.200-78
RG nr. 4024732085

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Empresa ABRAO & KOCHHANN LTDA.

Nr.CNPJ 89.674.188/0001-67

Página: 1

ATIVIDADES OPERACIONAIS

Clientes	+	2368813,46
Impostos a Recuperar	-	29746,60
Adiantamentos a Fornecedores	-	294,41
Fornecedores	-	7219142,96
Cheques a Pagar	-	19699,77
Obrigações Fiscais	-	104855,33
Obrigações Sociais	-	354550,46
Salários a Pagar	-	444757,73
Honorários a Pagar	-	25469,51
Sócios C/Particular	-	161283,00
Vendas	+	7054477,51
Vendas Canceladas	-	33237,42
Impostos	-	9372,37
Compras	-	534800,35
(-) Compras Canceladas	+	3288,02
Despesas Administrativas	-	465431,72
Despesas Financeiras	-	105386,50
(-) Receitas Financeiras	+	179,98
Vendas e Baixas do Imobilizado	+	3250,00
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL LÍQUIDO	-	78.021,16

ATIVIDADES INVESTIMENTOS

Ações e Participações	-	1150,00
Móveis e Utensílios	-	2968,00
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	-	4.118,00

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS

Financiamentos	+	159325,68
Financiamentos	+	14855,71
TOTAL DOS FINANCIAMENTOS	+	174.181,39

Caixa Líquido do Período 92.042,23**Saldo Inicial das Disponibilidades 193.945,51****Saldo Final das Disponibilidades 285.987,74**

PAULO RUBEN KOCHHANN
CPF: 246.962.580-20
ADMINISTRADOR

MARTIN GERALDO DAUSE
CONTADOR
CRCRS nr. 56.132
CPF nr. 460.980.200-78
RG nr. 4024732085

BALANÇO PATRIMONIAL 2011

BALANÇO PATRIMONIAL ANUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Empresa ABRAO & KOCHHANN LTDA.

Nº. CNPJ 89.674.188/0001-67

Página: 1

NOME DA CONTA	VALORES ANALÍTICOS	VALORES SINTÉTICOS
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE		1.518.826,51
Disponibilidades		285.987,74
Caixa		284.101,00
Caixa	284.101,00	
Bancos		1.886,74
Caixa Economica Federal	1.170,54	
Bansicredi	716,20	
Direitos Realiz.Exerc.Seguinte		304.451,19
Clientes		286.015,99
Clientes	286.015,99	
Impostos a Recuperar		18.435,20
I.R.Pessoa Juridica em Real	11.522,00	
Contr.Social em Real	6.913,20	
Estoques		909.062,24
Mercadorias em Estoque		909.062,24
Mercadoria em Estoque	909.062,24	
Despesas do Exercício Seguinte		19.325,34
Despesas Diferidas		19.325,34
Despesas Financeiras	19.168,96	
Seguros	156,38	
ATIVO NAO CIRCULANTE		478.434,37
Realizavel a Longo Prazo		3.936,76
Depositos Compulsorios		3.936,76
Empr.Compulsorio s/Combustivel	3.936,76	
Investimentos		4.410,43
Incentivos Fiscais		457,72
Finor	152,99	
Fiset-Pesca	89,69	
Fiset-Florestamento	215,04	
Acoes e Participacoes		3.952,71
C.R.T.	1.045,00	
Termo Adesao Ponte Porto Maua	936,71	
Coop.Cred.Rural Tres de Maio	1.971,00	
Imobilizado		470.087,18
Imoveis		168.746,82
Construcao em Andamento	171.000,80	
Poco Artesiano	8.830,00	
(-) Depreciacoes	-11.083,98	
Moveis e Utensilios		235.282,67
Moveis e Utensilios	554.502,46	
(-) Depreciacoes	-319.219,79	

PAULO RUBEN KOCHHANN
CPF: 246.963.580-20
ADMINISTRADOR

MARTIN GERALDO DAUZE
CONTADOR
CrCIS nr. 56.132
CPF nr. 460.980.200-78
RG nr. 4024732085

BALANÇO PATRIMONIAL ANUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Empresa ABRAO & KOCHHANN LTDA.

Nr.CNPJ 89.674.188/0001-67

Página: 2

NOME DA CONTA	VALORES ANALÍTICOS	VALORES SINTÉTICOS
Veiculos		59.600,00
Veiculos	144.000,00	
(-) Depreciacoos	-84.400,00	
Vasilhame		6.457,69
Vasilhame	21.053,97	
(-) Depreciacoos	-14.596,28	
TOTAL DO ATIVO		1.997.260,88

PAULO RUBEN KOCHHANN
CPF: 246.962.580-20
ADMINISTRADOR

MARTIN GERALDO DAUSE
CONTADOR
CRCRS nr. 56.132
CPF nr. 460.980.200-78
RG nr. 4024732085

BALANÇO PATRIMONIAL ANUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
 Empresa ABRAO & KOCHHANN LTDA.
 Nr.CNPJ 89.674.188/0001-67

Página: 3

NOME DA CONTA	VALORES ANALÍTICOS	VALORES SINTÉTICOS
PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE		1.375.158,51
Exigível a Curto Prazo		1.375.158,51
Fornecedores		838.850,66
Fornecedores	838.850,66	
Financiamentos		412.064,38
Empréstimos	104.109,58	
Banco Estado Rio Grande Sul SA	10.336,20	
Banco do Brasil SA-Cta.s/Lim.	3,01	
Caixa E. Federal Empréstimo	8.333,31	
Banrisul SA - Empréstimo	139.755,67	
Empréstimo / Funcionários	156,84	
Caixa/Mastercard/Cartões	45.368,49	
Sicredi Contr.B11739747-2	73.982,45	
Sicredi Contr.B11730540-4	30.018,83	
Cheques a Pagar		25.723,51
Cheques a Pagar	25.723,51	
Obrigações Fiscais		9.458,68
Imposto de Renda na Fonte	2.117,32	
ICM a Recolher	7.341,36	
Obrigações Sociais		35.521,95
INSS a Recolher	17.405,32	
FGTS a Recolher	4.470,86	
Pis a Recolher	2.281,26	
Funrural a Recolher	856,89	
Cofins a Recolher	10.507,62	
Provisão p/Imposto de Renda		12.188,51
Provisão p/Imposto de Renda	12.188,51	
Salários a Pagar		34.030,22
Salários a Pagar	34.030,22	
Honorários a Pagar		7,50
Escritório Contabil Ullmann Lt	7,50	
Provisão da Contr.Social		7.313,10
Provisão da Contr.Social	7.313,10	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		329.282,27
Exigível a Longo Prazo		329.282,27
Sócios C/Particular		134.675,98
Rosa Abrao	28.111,99	
Paulo Rubem Kochhann	106.563,99	
Financiamentos		194.606,29
Bco.do Brasil SA.Cartao Visa	91.002,08	
Sicredi Oper.B11739750-2	65.228,69	

PAULO RUBEN KOCHHANN
 CPF: 246.963.580-20
 ADMINISTRADOR

MARTIN GERALDO DAUSE
 CONTADOR
 CRCRS nr. 56.132
 CPF nr. 460.980.200-78
 RG nr. 4024732085

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Empresa ABRAO & KOCHHANN LTDA.

Nr. CNPJ 89.674.188/0001-67

Página: 1

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

ABRAO & KOCHHANN LTDA, é uma pessoa jurídica de direito privado, cuja sociedade tem por objetivo social o comércio atacadista e varejista de produtos alimentícios e a fabricação de produtos de padaria, confeitaria e pastelaria.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade total com as práticas contábeis adotadas no Brasil de acordo com a Resolução CPC 1.255 de 2009. O Balanço Patrimonial e demais demonstrações foram apresentadas e elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às PMEs Pequenas e Médias Empresas. Em decorrência da obrigatoriedade da convergência as Normas Internacionais de Contabilidade, instituída pela Lei 11.638/2007 alterada pela Lei 11.941/2009 e a Resolução CPC 1.255 de 2009. Conforme a resolução CPC 1.319 de 2010, a entidade exerceu a faculdade de não elaborar e divulgar as demonstrações contábeis do exercício 2009 para fins de comparação com as demonstrações contábeis do exercício 2010.

NOTA 03 - ADOÇÃO INICIAL DA RESOLUÇÃO CPC 1.255/09

A entidade iniciou as adequações as regras da PME na elaboração da Demonstrações Contábeis a partir do Exercício de 2010.

NOTA 04 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- A) Apuração do Resultado: As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.
- B) Ativo Não Circulante: Está registrado ao custo de aquisição, acrescido da correção monetária calculada até dezembro de 1.995.
- C) Ativo Não Circulante Imobilizado: Está ajustado pelas depreciações acumuladas igualmente corrigidas, calculadas pelo método linear de acordo com as taxas legais adotadas.
- D) Estoque: Está avaliado pelo custo médio de aquisição, no qual não superam os preços de mercado.
- E) Passivo - Exigível a Longo Prazo/Financiamento: Está demonstrado pelo valor da obrigação com vencimento em 06/09/2011 em 10/07/2012.

NOTA 05 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), subscrito e totalmente integralizado, pertencente a quotistas domiciliados no país.

Três de Maio, 31 de Dezembro de 2010.

 PAULO RUBEN KOCHHANN
 CPF: 246.963.580-20
 ADMINISTRADOR


 MARTIN GERALDO DAUSE
 CONTADOR
 CRCRS nr 56.132
 CPF nr 460.980.200-78
 RG nr 4024732085

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA**AUTORIZAÇÃO**

ABRÃO & KOCHHANN LTDA, empresa inscrita sob CNPJ 89.674.188/0001-67, localizada a Rua Horizontina, 1313, Bairro Centro, Três de Maio – RS, vem por meio desta AUTORIZAR o Sr. Anderson Pinceta, a utilizar as informações contábeis da empresa para a realização da Pós Graduação *Stricto Sensu* em Gestão Estratégica de Organizações com a temática “AVALIAÇÃO DO IMPACTO DECORRENTE DA APLICAÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NAS PME’S BRASILEIRAS: UMA MATRIZ DE ANÁLISE”.

. Sem mais de momento.

Três de Maio, 29 de maio de 2014



ABRÃO & KOCHHANN LTDA

Paulo Rubem Kochhann

Sócio Gerente

89 674 188/0001-67
ABRÃO & KOCHHANN LTDA.
Rua Horizontina, 1313
CEP 98910-000
TRÊS DE MAIO - RS